



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **5890**

**Presidente da Mesa Diretora:** Ademar de Barros Bicalho

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Aprovada

**Autoria:** Comissão de finanças, orçamento e tomada de contas

**Data:** 12/12/2002

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 57, de 17/12/2002. Dispõe sobre as Contas do Município de Montes Claros, relativas ao exercício financeiro de 1999. (Aprovadas).

**Controle Interno – Caixa:** 2.1    **Posição:** 05    **Número de folhas:** 68

---

RESOLUÇÃO

Nº 57/2002

Espécie: PR  
Categoria: contas do município  
v: 2.1  
citem: 05  
nº 705166



17.12.2002

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_/2.002

AUTOR:

Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

ASSUNTO:

Dispõe sobre as contas deste Município, relativas ao exercício

financeiro de 1999.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 12/12/2.002
- 2 - Comissão Especial
- 3 -
- 4 - MANTIDO O PARECER DO TRIBUNAL
- 5 - NAC - 17.12.2002
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 57, de 17 de dezembro de 2002.

*Dispõe sobre as contas deste Município  
relativas ao exercício financeiro de 1999.*

A Câmara Municipal de Montes Claros - MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal e Montes Claros - MG, relativas ao exercício financeiro de 1999 (mil novecentos e noventa e nove), em conformidade com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de dezembro de 2002.

Ademar de Barros Bicalho  
Presidente da Câmara

Aurindo José Ribeiro  
1º Secretário

JORNAL NOTÍCIAS 19-02-06



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## RESOLUÇÃO Nº 57, de 17 de dezembro de 2.002.

*Dispõe sobre as contas deste Município  
relativas ao exercício financeiro de 1999.*

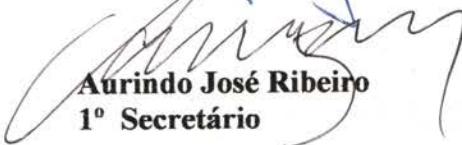
A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal e Montes Claros - MG, relativas ao exercício financeiro de 1999 (mil novecentos e noventa e nove), em conformidade com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais .

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de dezembro de 2002.

  
**Ademair de Barros Bicalho**  
**Presidente da Câmara**

  
**Aurindo José Ribeiro**  
**1º Secretário**





## RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2002

*Handwritten signature and date: 12/12/2002*

### **Dispõe sobre as contas deste Município, relativas ao exercício financeiro de 1999.**

A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Ficam rejeitadas as Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, relativas ao exercício financeiro de 1999 (mil novecentos e noventa e nove).

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de Dezembro de 2002.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

*Handwritten signature of Aldair Fagundes Brito*  
Vereador Aldair Fagundes Brito

*Handwritten signature of Euripedes Xavier Souto*  
Vereador Euripedes Xavier Souto

Vereador Sebastião Prisilino Alves

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

REJEITADO EM 1ª DISCUSSÃO POR

EM 17 DE DEZEMBRO DE 2002

PRESIDENTE




# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## **PARECER EM SEPARADO**

Após analisar as Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG, referente ao exercício financeiro de 1999, somos pela manutenção do Parecer Prévio, emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado; que foi pela “aprovação das Contas com ressalvas”.

Câmara Municipal de Montes Claros, 12 de dezembro de 2002.

  
**VEREADOR – SEBASTIÃO PRASILINO ALVES**  
**Membro da Comissão de Finanças, Orçamento**  
**e Tomada de Contas (Exercício 2002)**





## **PARECER SOBRE AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – EXERCÍCIO FINANCEIRO 1999**

Aos 13 dias de dezembro de 2002, após proceder a minucioso estudo das considerações feitas pelo TCEMG no Parecer Prévio relativo às Contas do Município de Montes Claros no exercício financeiro de 1999, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas passa a emitir o seguinte Parecer:

No Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais são apontadas diversas irregularidades, de maior ou menor gravidade, referentes às contas do Município relativas ao exercício financeiro de 1999, a saber:

- A - Divergência apurada no Balanço Financeiro da Receita Orçamentária em relação ao “Quadro de Apuração de Receita e Despesa”, no valor de R\$ 4.731.949,49;
- B - Divergência apurada no Balanço Financeiro da Receita Extra Orçamentária em relação ao “Quadro de Apuração de Receita e Despesa”, no valor de R\$ 15.452.153,14;
- C - Divergência apurada no Balanço Financeiro da Despesa Orçamentária em relação ao “Quadro de Apuração de Receita e Despesa”, no valor de R\$ 21.365.297,40;
- D - Divergência a menor no Balanço Financeiro dos Saldos Disponíveis em relação ao “Quadro de Apuração de Receita e Despesa”, no valor de R\$ 1.181.194,77;
- E - Divergência apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, tanto referentes ao Ativo Financeiro quanto ao Ativo Permanente, sendo apontada no primeiro caso uma diferença de R\$ 51.000,00 e, no tocante ao segundo caso, que “os bens a incorporar dos exercícios anteriores nunca foram incorporados contabilmente ao saldo patrimonial”, demonstrando que os bens não incorporados montam aos valores de R\$ 6.108,50 no exercício de 1996, R\$ 35.987,14 no exercício de 1997 e R\$ 358.670,01 no exercício de 1998, este último imediatamente anterior ao exercício ora apreciado;
- F - Incorreção na demonstração da Dívida Flutuante;
- G - Falta de apresentação do Relatório de Controle Interno.

Além das irregularidades acima mencionadas, consideramos de importância capital para a análise das Contas em apreço a observância do percentual de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (educação). A Corte de Contas, no seu Parecer Prévio enviado a esta Casa, aponta à folha 108 que “Foi aplicado o percentual mínimo legal exigido pela Constituição Federal (artigo 212), na manutenção e desenvolvimento do ensino num total de 25,27% da Receita Base de Cálculo”. Acresce ainda, à folha 112, que a Receita Base de Cálculo é de R\$ 49.616.500,14; que a aplicação devida de acordo com o disposto no mencionado artigo 212 da Constituição Federal seria de R\$ 12.404.125,04 (25% da Receita Base); e que a aplicação efetivamente apurada no exercício foi de R\$ 12.538.633,70 ( 25,27% da





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Receita Base), portanto superior ao mínimo constitucionalmente exigido num montante de R\$ 134.508,66.

Há que se considerar, no entanto, que à época vigorava dispositivo incluso na Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 206, estabelecendo a exigência de aplicação mínima de 30% na educação. Quanto a esse dispositivo da LOM e à polêmica acerca da sua validade frente ao artigo 212 da Constituição Federal, bem como ao fato de o Parecer Prévio do TCE não considerá-lo na sua apreciação deve-se observar, a nosso juízo, que:

- 1º) O mencionado artigo 206 da Lei Orgânica Municipal, ao garantir o mínimo exigido pela Constituição Federal e **ampliá-lo**, não conflita com a Carta Magna, posto que somente será possível ao Município cumprir a exigência de aplicação dos 30% se antes tiver atingido e superado o **piso** constitucional de 25%;
- 2º) Não se pode exigir ao Tribunal de Contas de Minas Gerais o pleno conhecimento das Leis Orgânicas dos quase 900 municípios do Estado, daí ser compreensível que a Corte de Contas se fundamente no que é norma geral (o artigo 212 da Constituição Federal), e que considere a aplicação de 25% suficiente, vez que assim estaria cumprida a **exigência mínima** de aplicação;
- 3º) Desconhecendo à época da emissão o que dispunha a Lei Orgânica Municipal o TCE não poderia incluir no seu Parecer Prévio a exigência de aplicação de 30% na educação, pelo simples fato de que a norma local, válida exclusivamente para o município de Montes Claros, ainda não era do seu conhecimento;
- 4º) O próprio TCE, na apreciação das Contas referentes aos exercícios financeiros seguintes (de 2000, por exemplo, cuja cópia se encontra à disposição na Casa), após denúncia formal apresentada por alguns vereadores no ano de 2001 e a partir de Parecer semelhante a este referente às Contas de 1997, já considera que o Município, sem prejuízo da obrigação de cumprir o disposto no artigo 212 da CF, **deve obediência também ao estabelecido pelo artigo 206 da LOM;**

Assim, quanto ao percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (educação), embora o Parecer Prévio do Tribunal não aponte a aplicação do percentual de 25,27% como irregularidade, por desconhecer quando da sua emissão a LOM de Montes Claros, consideramos o fato como irregularidade gravíssima, já que significou a não aplicação do expressivo montante de R\$ 2.346.316,34 na área de educação do Município. Afinal, tivesse o Município guardado observância ao artigo 206 da LOM, a aplicação correta teria sido de R\$ 14.884.950,04, e não de R\$ 12.538.633,70 como de fato se verificou, prejudicando gravemente aos educandos a cargo do Município e, certamente, fazendo baixar em quantidade e em qualidade a oferta de educação aos munícipes mais carentes que dela tão diretamente necessitam.

Quanto às irregularidades apontadas de início, o município apresentou defesa na qual aponta que as mesmas já se encontram sanadas ou em processo de correção nos exercícios posteriores.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Consideramos satisfatórias as defesas referentes às irregularidades apontadas acima nas letras A, B, C, D, F e G. Quanto à que é apontada à letra E, consideramos a justificativa aceitável apenas em parte, no que se refere ao Ativo Financeiro. No tocante ao Ativo Permanente, no entanto, que aponta a não incorporação de bens adquiridos em 1996, 1997 e 1998, consideramos a justificativa insuficiente e pouco esclarecedora, ao dizer apenas que “os mesmos já estão sendo regularizados desde a Prestação de Contas de 2000...”. Ao justificar de modo tão simples a irregularidade apontada o Município remete o assunto para futuros exercícios financeiros, os quais não estão ainda sob apreciação da Casa, sendo-nos impossível comprovar a veracidade do alegado.

Face ao exposto, e sem prejuízo de ressalvas a outros pontos do documento, opinamos pela rejeição do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais relativo às Contas do exercício financeiro de 1999, e pelo encaminhamento da decisão desta Casa aos ilustres conselheiros daquela Corte, novamente instruída com cópia da Lei Orgânica Municipal, como se fez à época da apreciação das Contas de 1997, em especial do seu artigo 206, que embora alterado posteriormente em 2002, vigorava com a redação original (exigência de aplicação de 30% na educação) no ano de 1999.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 13 de dezembro de 2002.

  
**Vereador Lipa Xavier - Relator**

  
**Vereador Aldair Fagundes - Presidente**

**Vereador Sebastião Prasilino - Vice-presidente**

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
13/12/2002	
HORA: 15:25	
ASS: 	

**Ofício n.º 9917/1ª Câmara/2002**

Ref. Processo n.º 623.238

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2002.

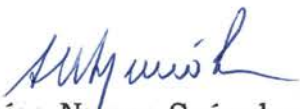
Senhor Presidente,

Por ordem do Exmo. Sr. Presidente da 1ª Câmara, Conselheiro Simão Pedro Toledo, e nos termos das disposições constitucionais em vigor, encaminho a V. Exa. cópia do Parecer Prévio emitido por esta Corte, relativo às Contas da Prefeitura desse município, exercício de 1999.

Após o recebimento do Parecer Prévio, deverá essa Câmara Municipal julgar as contas da Prefeitura, enviando ao Tribunal cópia autenticada das atas das sessões em que a matéria foi discutida e votada, contendo a relação nominal dos Edis presentes, o resultado numérico da votação, bem como cópia da respectiva Resolução Legislativa.

Cientifico V. Exa. de que o não-cumprimento destas determinações, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 54 e seu parágrafo único da Lei Complementar n.º 33 de 28.06.94, poderá ensejar a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis, independentemente da aplicação da multa instituída no artigo 236 e seu parágrafo único do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Ao ensejo, protestos de consideração.

  
Leisa Nunes Spínola  
Diretora da Secretaria da  
Câmara dos Municípios  
1ª Câmara

Exmo. Sr.  
Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo  
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros  
Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 – Vila Guilermínia  
39400-466 – MONTES CLAROS - MG



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

PROTOCOLO Nº 00623238 /

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS /

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1999 /

Em cumprimento às determinações da Lei Complementar nº 33, de 28/06/94, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e da Resolução nº 10/96, de 03/07/96, que aprovou o Regimento Interno desta Corte de Contas, procedemos ao exame da Prestação de Contas do Município supracitado, com base nas informações apresentadas pela Administração municipal através do SIPP.

**I - INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

1 - PREFEITO MUNICIPAL: SR(A) JAIRO ATAIDE VIEIRA

2 - Responsável Técnico pelos Serviços Contábeis

Sr(a) SANDRO LOBO ARAUJO

Inscrição no CRC/MG Nº 63.536/O-7

3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA

( ) Conjunta com a da Prefeitura neste processo

( X ) Em processo autônomo

4 - DOCUMENTAÇÃO

( X ) O processo está devidamente instruído.

( ) O processo não se acha devidamente instruído.





**II - Da Execução Orçamentária**

**1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1.1 - (APRESENTADO)**

**1.1.1 - DA RECEITA**

<b>Títulos -</b>	<b>Previsto</b>	<b>Arrecadado</b>	<b>Diferenças</b>
Receitas Correntes	106.219.000,00	104.885.648,91	-1.333.351,09
Receitas de Capital	25.292.000,00	5.835.897,10	-19.456.102,90
Soma	131.511.000,00	110.721.546,01	-20.789.453,99
Déficit	0,00	2.219.914,50	2.219.914,50
TOTAL	131.511.000,00	112.941.460,51	-18.569.539,49

**1.1.2 - DA DESPESA**

<b>Títulos -</b>	<b>Fixação</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo/Dotação</b>
Créditos Orçament/ Suplementares	130.951.850,00	112.393.506,30	-18.558.343,70
Créditos Especiais/Extraordinários	559.150,00	547.954,21	-11.195,79
Soma	131.511.000,00	112.941.460,51	-18.569.539,49
Superávit	0,00	0,00	0,00
TOTAL	131.511.000,00	112.941.460,51	-18.569.539,49

**1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1.2 - (APURADO)**

**1.2.1 - DA RECEITA**

<b>Títulos</b>	<b>Previsto</b>	<b>Arrecadado</b>	<b>Diferenças</b>
Receitas Correntes	106.219.000,00	104.885.648,91	-1.333.351,09
Receitas de Capital	25.292.000,00	5.835.897,10	-19.456.102,90
Soma	131.511.000,00	110.721.546,01	-20.789.453,99
Déficit	0,00	2.219.914,50	2.219.914,50
TOTAL	131.511.000,00	112.941.460,51	-18.569.539,49

**1.2.2 - DA DESPESA**

<b>Títulos</b>	<b>Fixação</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo/Dotação</b>
Créditos Orç. e Suplementares	130.951.850,00	112.393.506,30	-18.558.343,70
Créditos Especiais e Extraordinários	559.150,00	547.954,21	-11.195,79
Soma	131.511.000,00	112.941.460,51	-18.569.539,49
Superávit	0,00	0,00	0,00
TOTAL	131.511.000,00	112.941.460,51	-18.569.539,49



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Considerações: /

- ( X ) O Balanço Orçamentário apresentado pela Prefeitura foi elaborado de forma correta.
- (   ) O Balanço Orçamentário apresentado pela Prefeitura não foi elaborado de forma correta.
- ( X ) A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, referente ao Exercício de 1999 foi aprovada sob o nº 2.660 de
- (   ) O município não contou com a Lei Orçamentária para o Exercício.
- (   ) Foram abertos Créditos Suplementares / Especiais, no valor de R\$ 0,00  
sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no Art. 43 da Lei 4.320/64.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**1.3 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS**

RECEITA E DESPESA ORÇADAS EM.....	R\$131.511.000,0
(-) ANULAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉD. SUPLEMENTARES.....	R\$ 12.633.379,33
(-) ANULAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS / EXTRAORDINÁRIOS.....	R\$ 559.150,00

**A - CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Supl. Aut. Orçamento.....	R\$ 26.302.200,00
Supl. Aut. Outras Leis.....	R\$ 0,00
TOTAL CRÉD. SUPLEM. AUTORIZADOS.....	R\$ 26.302.200,00
TOTAL (Desp. Orçada + Créd.Supl.).....	R\$ 144.620.670,6
DESPESA REALIZADA.....	R\$ 112.393.506,3
CRÉDITOS SUPLEMENTARES EXCEDENTES.....	R\$ 0,00

**B - CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS**

CRÉDITOS ESPECIAIS AUTORIZADOS.....	R\$ 559.150,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS AUTORIZADOS.....	R\$ 0,00
TOTAL CRÉD. ESPECIAIS/EXTRAORD. AUTORIZADOS.....	R\$ 559.150,00
CRÉDITOS ESPECIAIS/EXTRAORDINÁRIOS REALIZADOS..	R\$ 547.954,21
CRÉDITOS ESPECIAIS/EXTRAORDINÁRIOS EXCEDENTES.	R\$ 0,00

**CONSIDERAÇÕES**

- ( ) Conforme demonstrado no item A o Município procedeu à abertura de créditos suplementares, no valor de R\$ 0,00 sem a devida cobertura legal contrariando o Art. 42 da Lei 4.320/64.
- ( ) Conforme demonstrado no item B o Município procedeu à abertura de créditos especiais no valor de R\$ 0,00 sem a devida cobertura legal contrariando o disposto no Art. 42 da Lei 4320/64.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**III - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA**

**1 - BALANÇO FINANCEIRO**

RECEITA		DESPESA	
Receita Orçamentária	110.721.546,01	Orçamentária	112.941.460,51
Extra Orçamentária	31.868.110,72	Extra-Orçamentária	33.200.082,54
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos	8.736.035,30	Bancos	5.184.148,98
Vinculado	0,00	Vinculado	0,00
TOTAL	151.325.692,03	TOTAL	151.325.692,03

**CONSIDERAÇÕES**

**A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

- ( ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( X ) Não confere.

Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 4.731.949,49

**B) RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**

- ( ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( X ) Não confere.

Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 15.452.153,14

**C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

- ( ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( X ) Não confere.

Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 21.365.297,40

**D) DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**

- ( X ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( ) Não confere.

Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 0,00





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**E) SALDOS DISPONÍVEIS**

- ( ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( X ) Não confere. Divergências Apuradas.

**Divergência a menor no valor de R\$ 1.181.194,77**

**2 - DOS SALDOS DE NUMERÁRIO APRESENTADOS NO BALANÇO FINANCEIRO**

2.1 - CAIXA .....	R\$	0,00
2.2 - BANCOS .....	R\$	5.184.148,98
2.3 - VINCULADO.....	R\$	0,00

**3 - DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

**3.1 - Os rendimentos de aplicações financeiras foram apropriados corretamente na rubrica:**

1300.00.00 - RECEITAS PATRIMONIAIS

1320.00.00 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

( X ) Sim ( ) Não

**3.2 - O somatório do quadro de aplicações financeiras confere com o valor apropriado na rubrica exposta acima ?:**

( X ) Sim ( ) Não

**Considerações**

**3.3 - As aplicações financeiras foram efetuadas junto às instituições abaixo:**

**Banco Brasil , Bemge , Bradesco , Brasil , Caixa Federal , Credinor , Itau , Mercantil , Nordeste**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**IV - DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL**

**1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO	APRESENTADO	APURADO
ATIVO	132.515.254,14	132.566.254,14
ATIVO FINANCEIRO	11.162.683,83	11.162.683,83 ✓
Disponível	5.184.148,98	5.184.148,98
Caixa	0,00	0,00
Bancos e Correspondentes	5.184.148,98	5.184.148,98 ✓
Vinculado	0,00	0,00
Realizável	5.978.534,85	5.978.534,85
Ações Curto Prazo	0,00	0,00 ✓
Devedores Diversos e Outras	5.978.534,85	5.978.534,85 ✓
ATIVO PERMANENTE	121.352.570,31	121.403.570,31
Bens Móveis	<u>5.883.411,11</u>	<u>5.934.411,11</u> ✓
Bens Imóveis	27.005.751,29	27.005.751,29 ✓
Bens de Natureza Industrial	0,00	0,00
Créditos	64.133.894,39	64.133.894,39
Dívida Ativa	64.133.894,39	64.133.894,39 ✓
Depósitos Compulsórios	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Outros Créditos	0,00	0,00
Valores Diversos	24.329.513,52	24.329.513,52 ✓
Ações	34,12	34,12 ✓
Almoxarifado	263.721,46	263.721,46 ✓
Incorporação	24.065.757,94	24.065.757,94 ✓
Soma do Ativo Real	132.515.254,14	132.566.254,14
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Passivo Real Descoberto	0,00	0,00
Soma	132.515.254,14	132.566.254,14
ATIVO COMPENSADO	0,00	0,00
TOTAL GERAL	132.515.254,14	132.566.254,14

Valores em Reais



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



<b>PASSIVO</b>	<b>APRESENTADO</b>	<b>APURADO</b>
PASSIVO	71.465.089,69	71.465.306,58
PASSIVO FINANCEIRO	24.330.638,78	24.330.855,67
Restos a Pagar	19.262.486,12	19.262.486,12
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Depósitos	4.714.758,95	4.714.975,84
Débitos de Tesouraria	123.155,90	123.155,90 ✓
Operações	230.237,81	230.237,81 ✓
PASSIVO PERMANENTE	47.134.450,91	47.134.450,91
Dívida Fundada Interna	45.262.368,01	45.262.368,01 ✓
Dívida Fundada Externa	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00
Incorporação Autarquias/Entidades	1.872.082,90	1.872.082,90 ✓
Soma do Passivo Real	71.465.089,69	71.465.306,58
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	61.050.164,45	61.100.947,56
Soma	132.515.254,14	132.566.254,14
PASSIVO COMPENSADO	0,00	0,00
TOTAL GERAL	132.515.254,14	132.566.254,14

**Considerações**

Vide considerações às fls. 123/126.

O Ativo Real Apresentado diverge do Apurado em: R\$ 51.000,00

O Passivo Real Apresentado diverge do Apurado em: R\$ 216,89



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

ATIVAS	APRESENTADO	APURADO
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	114.391.457,83	114.391.457,83
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	110.721.546,01	110.721.546,01
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	3.669.911,82	3.669.911,82
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.	12.694.009,11	12.694.009,11
Total das Variações Ativas	127.085.466,94	127.085.466,94
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Déficit Verificado	0,00	0,00
TOTAL GERAL	127.085.466,94	127.085.466,94

PASSIVAS	APRESENTADO	APURADO
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	118.723.087,75	118.723.087,75
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	112.941.460,51	112.941.460,51
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	5.781.627,24	5.781.627,24
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.	3.035.664,13	2.984.664,13
Total das Variações Passivas	121.758.751,88	121.707.751,88
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Superávit Verificado	5.326.715,06	5.377.715,06
TOTAL GERAL	127.085.466,94	127.085.466,94

**CONSIDERAÇÕES**

Divergência no valor de R\$ 51.000,00 ( vide fl. 126 )

**3 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE****3.1 - A Dívida flutuante encontra-se corretamente demonstrada**

(    ) Sim    ( X ) Não

Vide Fls 125

**CONSIDERAÇÕES**





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



4 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

4.1 - A dívida fundada encontra-se corretamente demonstrada.

( X ) Sim ( ) Não Vide Fls.:

Considerações

5 - RESULTADO DO EXERCÍCIO (APURADO)

( X ) Superávit do Exercício R\$ 5.377.715,06

( ) Déficit do Exercício R\$

( X ) A - Ativo Real Líquido do Exercício	R\$	61.100.947,56
- Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	R\$	55.723.232,50
<b>ARL - ARL exerc.anterior</b>	R\$	5.377.715,06
( ) B - Ativo Real Líquido do Exercício	R\$	0,00
- Passivo a Descoberto do Exerc. Anterior	R\$	0,00
<b>ARL + PD exerc.anterior</b>	R\$	0,00
( ) C - Passivo a Descoberto do Exercício	R\$	0,00
- Passivo a Descoberto do Exerc. Anterior	R\$	0,00
<b>PD - PD exerc.anterior</b>	R\$	0,00
( ) D - Passivo a Descoberto do Exercício	R\$	0,00
- Ativo Real Liq. do Exerc. Anterior	R\$	0,00
<b>PD + ARL exerc. anterior</b>	R\$	0,00

Considerações



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**V - APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**1) Do percentual aplicado no exercício**

**ANEXO 01**    Vide Fls: 112/113 ✓

Com base nos dados extraídos das demonstrações contábeis apresentadas pela Administração Municipal, apuramos que:

- ( ☒ ) Foi aplicado o percentual mínimo legal exigido pela Constituição Federal (art. 212), na manutenção e desenvolvimento do Ensino num total de 25,27 % da Receita Base de Cálculo.
- ( ☐ ) Não foi aplicado o percentual mínimo legal exigido pela Constituição Federal (art. 212). tendo aplicado somente 0 % da Receita Base de Cálculo.

**Considerações**

O anexo III relativo ao "Quadro Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação", demonstrou uma aplicação superior aos recursos recebidos. Ante este fato, solicitamos justificativas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**VI - DEMONSTRATIVO DO DISPÊNDIO COM PESSOAL**

ANEXO 02 Vide Fls: 114

Com base nas informações apresentadas pela Administração Municipal, a despesa com pessoal no exercício foi de **29,55 %**.

**Considerações**

**VII - REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Qual a Previdência que ampara os servidores municipais ?

- ( ) IPSEMG      ( ) INSS  
( X ) PRÓPRIA      ( ) OUTRA

**VIII - DA APROPRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA**

Nos termos do Art. 158, da Constituição Federal, os valores relativos ao I.R. na Fonte sobre os pagamentos de serviços prestados por terceiros e/ou sobre remuneração paga a servidores e agentes políticos, foram apropriados no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada ?

( X ) Sim

( ) Não





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**IX - RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, arts. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/94 e art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa - TC nº 02/99, o prefeito municipal apresentou o relatório de controle interno ?

( ☒ ) Sim

( ☐ ) Não

**Considerações**

O relatório apresentado não está em conformidade com a legislação pertinente, pois não tem o conteúdo legalmente exigido.

O Relatório de Controle Interno deveria ser apresentado nos termos do § 2º do artigo 53 da Lei Complementar 33 do Tribunal de Contas, abordando, necessariamente, no mínimo, a execução da Lei Orçamentária Anual, enfocando, principalmente, se as metas previstas no orçamento foram alcançadas no tocante à arrecadação da receita e ao cumprimento dos programas de governo, projetos e atividades ou apresentando justificativas quando tais objetivos não forem alcançados.

**X - PREENCHIMENTO DO DISQUETE**

( ☒ ) O disquete contendo o SIPP foi preenchido corretamente pela Administração Municipal.

( ☐ ) O disquete contendo o SIPP não foi preenchido corretamente pela Administração Municipal, tendo sido detectadas as seguintes falhas:

**Considerações**




**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**XI - RESUMO DAS IRREGULARIDADES DETECTADAS NA ANÁLISE DOS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

- ( ) O Processo não se acha devidamente instruído, faltando elementos para complementação do estudo técnico, conforme apontado à folha
- ( ) Irregularidades na abertura de créditos adicionais, conforme apontado à folha
- ( ) O Balanço Orçamentário não foi elaborado de forma correta, conforme apontado à folha
- ( X ) O Balanço Financeiro não foi elaborado de forma correta, conforme apontado à folha
- ( X ) O Quadro de Apuração de Receitas e Despesas apresenta divergências conforme apontado à folha
- ( ) As Aplicações Financeiras apresentaram divergência, conforme apontado à folha
- ( X ) O Balanço Patrimonial não foi elaborado de forma correta, conforme apontado à folha
- ( X ) As Variações Patrimoniais apresentaram divergências conforme apontado à folha
- ( X ) A Dívida Flutuante não foi elaborada de forma correta, conforme apontado à folha
- ( ) A Dívida Fundada não foi elaborada de forma correta, conforme apontado à folha
- ( ) Falta de Aplicação do percentual mínimo na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme Anexo 01 à folha
- ( ) Falta de Apropriação do Imposto de Renda, conforme apontado à folha
- ( X ) Falta de apresentação do Relatório de Controle Interno, conforme apontado à folha
- ( ) Outras Irregularidades, conforme apontado à folha

CAE / DAC, em 24/05/2000

  
\_\_\_\_\_  
Nome: ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA SILVA.  
Cargo: INSPETOR DE CONTROLE INTERNO TC-1105-1



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**QUADRO RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ANEXO 01**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE** *MONTES CLAROS*  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1999**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: EDUCAÇÃO**

<b>1 - Impostos e Transferências.....</b>	<b>R\$</b>	<b>49.616.500,14</b>
<b>2 - Aplicação Devida..... 25,00 %</b>	<b>R\$</b>	<b>12.404.125,04</b>
<b>3 - Aplicação Apurada..... 25,27 %</b>	<b>R\$</b>	<b>12.538.633,70</b>

**Fonte: Quadro Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada**

**A) Impostos:**

<b>11120200</b>	<b>IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana</b>	<b>R\$</b>	<b>3.342.979,26</b>
<b>11120800</b>	<b>Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de</b>	<b>R\$</b>	<b>701.758,22</b>
<b>11130500</b>	<b>Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza</b>	<b>R\$</b>	<b>4.588.453,77</b>

<b>Subtotal (A).....</b>	<b>R\$</b>	<b>8.633.191,25</b>
--------------------------	------------	---------------------

**B) Transferências Correntes:**

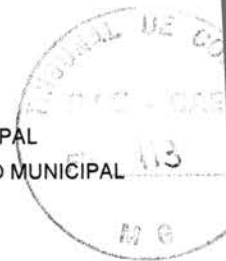
<b>17210102</b>	<b>Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios</b>	<b>R\$</b>	<b>11.727.729,46</b>
<b>17210104</b>	<b>Transferência do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes</b>	<b>R\$</b>	<b>1.075.317,71</b>
<b>17210105</b>	<b>Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural</b>	<b>R\$</b>	<b>85.031,85</b>
<b>17220101</b>	<b>Cota-Parte Imp. s/ Oper. Rel. a Circ. Merc. e s/ Prest. Serv. de</b>	<b>R\$</b>	<b>23.415.021,82</b>
<b>17220102</b>	<b>Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos</b>	<b>R\$</b>	<b>3.775.474,93</b>
<b>17220103</b>	<b>Cota-Parte do Imp. s/ Produtos Industrializados Exportados</b>	<b>R\$</b>	<b>904.733,12</b>

<b>Subtotal (B).....</b>	<b>R\$</b>	<b>40.983.308,89</b>
--------------------------	------------	----------------------





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**C) Transferências de Capital :**

Subtotal (C).....	R\$	0,00
<b>TOTAL GERAL (A+B+C) :.....</b>	<b>R\$</b>	<b>49.616.500,14</b>

**D) Aplicação na manutenção de ensino :**

Valor mínimo legal: 25% do total geral acima.

Valor Apurado: ver Função 08, Programas 07,08,41,42,45,47,49,82 e 84 no Quadro

Comparativo de Despesa Autorizada com a Realizada (menos valores impugnados).

CAE / DAC, em 24/05/2.000

  
\_\_\_\_\_  
Nome: ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA SILVA.  
Cargo / TC: INSPETOR CONTR. EXTERNO TC-1105-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



QUADRO RESUMO DEMONSTRATIVO DA DESPESA  
COM PESSOAL - [ANEXO 02]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1999

I) DESPESA (PREFEITURA + CÂMARA + ADMINISTRAÇÃO INDIRETA):

Pessoal Civil .....	R\$ 29.054.802,42
Obrigações Patronais.....	R\$ 2.081.929,71
Abono Família.....	R\$ 41,96
Inativos.....	R\$ 2.089.393,37
Pensionistas.....	R\$ 279.791,73
Outras.....	R\$ 0,00
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL NO MUNICÍPIO.....	R\$ 33.505.959,19
(-) Indenizações por demissões.....	R\$ 0,00
(-) Incentivos à demissão voluntária.....	R\$ 0,00
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL = BASE DE CÁLCULO	R\$ 33.505.959,19

II) RECEITA

Valor das Receitas Correntes da Prefeitura.....	R\$ 104.885.648,9
(+) Receitas Correntes Líquidas da Adm. Indireta.....	R\$ 8.520.153,69
Total das Receitas = Base de Cálculo.....	R\$ 113.405.802,6

III) PERCENTUAIS MONETÁRIOS DE APLICAÇÃO

Aplicação no exercício	29,55	%...	R\$ 33.505.959,19
Permitido em Lei (Complementar 96/99)	60,00	%...	R\$ 68.043.481,56
Excedentes	0	%...	R\$ 0,00

CAE / DAC, em 24/05/2.000

Nome: ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DA SILVA.  
Cargo / TC - INSPETOR CONTR. EXTERNO TC-1105-1

# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Balanco Patrimonial		26/05/00 11:54:57	
Ano: 1999	Município: MONTES CLAROS	Órgão: Prefeitura Municipal	
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	132.566.254,14	PASSIVO	71.465.306,58
ATIVO FINANCEIRO	11.162.683,83	PASSIVO FINANCEIRO	24.330.855,67
Disponível	5.184.148,98	Restos a Pagar	19.262.486,12
Caixa		Serviços da Dívida a Pagar	
Bancos e Correspondentes	5.184.148,98	Depósitos	4.714.975,84
Vinculado		Débitos de Tesouraria	123.155,90
Realizavel	5.978.534,85	Operações	230.237,81
Ações Curto Prazo		PASSIVO PERMANENTE	
Devedores Diversos e Outras	5.978.534,85	Dívida Fundada Interna	47.134.450,91
ATIVO PERMANENTE	121.403.570,31	Dívida Fundada Externa	45.262.368,01
Bens Móveis	5.934.411,11	Diversos	
Bens Imóveis	27.005.751,29	Incorporação Autarquias/Entidades	1.872.082,90
Bens de Natureza Industrial		Soma do Passivo Real	71.465.306,58
Créditos	64.133.894,39	SALDO PATRIMONIAL	
Dívida Ativa	64.133.894,39	Ativo Real Líquido	61.100.947,56
Depósitos Compulsórios		Soma	132.566.254,14
Empréstimos Concedidos		PASSIVO COMPENSADO	
Outros Créditos		TOTAL GERAL	132.566.254,14
Valores Diversos	24.329.513,52		
Ações	34,12		
Almoxarifado	263.721,46		
Incorporação Autarquias/Entidades	24.065.757,94		
Soma do Ativo Real	132.566.254,14		
SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real Descoberto			
Soma	132.566.254,14		
ATIVO COMPENSADO			
TOTAL GERAL	132.566.254,14		





# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Devedores Diversos

09/05/00

Exercício  
1999

Município  
MONTES CLAROS

Órgão  
Prefeitura Municipal

Título	PENDENTE FIM DE EXERCÍCIO	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
PENSAO ALIMENTICIA		32.819,41	87.432,44	0,00	85.183,36	0,00	35.068,49
FRENTES PRODUTIVA DE TRABALHO	1994	42.385,17	0,00	0,00	0,00	0,00	42.385,17
EQUIPAMENTOS POLICLINICA	1994	22.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	22.805,55
PROGRAMA CURUMIM CONV. SELT	1995	33.077,34	0,00	0,00	0,00	0,00	33.077,34
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1994	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26
CHEQUES TERCEIROS DEVOLVIDOS		19.589,57	25.502,30	0,00	21.240,76	0,00	23.851,11
CAUCAO CONSERVA ESTRADAS	1994	72,04	0,00	0,00	0,00	0,00	72,04
CONV. SEPLAN PMMC/ASBB	1994	900,59	0,00	0,00	0,00	0,00	900,59
CONV. FNDE ACERVO BIBLIOGRAFICO	1994	14.204,64	0,00	0,00	0,00	0,00	14.204,64
CONV. PMMC/MERENDA ESCOLAR	1996	320.212,19	0,00	0,00	0,00	0,00	320.212,19
CONVENIO SELT OLIBAMOC	1996	8.486,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8.486,50
DIRETORIO PMDB	1996	1.170,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170,49
DIRETORIO PSDB		1.676,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.676,44
URBANIZACAO V.SAO FRANCISCO DE ASSIS	1994	55.610,79	0,00	0,00	0,00	0,00	55.610,79
EMPRESTIMO PREVIMOC	1994	12.996,21	0,00	0,00	0,00	0,00	12.996,21
SEMINAS-PMMC-CURSO DATILOGRAFIA	1994	8,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8,72
DESP. EXTRA-ORCAMENTARIA A REGULARIZAR	1995	86.734,38	0,00	0,00	0,00	0,00	86.734,38
CHEQUE ALIMENTACAO	1995	133.900,81	0,00	0,00	0,00	0,00	133.900,81
CONV. CBIA PMMC	1995	985,89	0,00	0,00	0,00	0,00	985,89
CONV. PARP CLARAVAL	1994	1.458,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.458,62
CONV. PMMC - SES - PEAE	1994	546,75	0,00	0,00	0,00	0,00	546,75
PMMC-MERENDA CURUMIM	1996	355,70	0,00	0,00	0,00	0,00	355,70
SSPPMMC							
Seguro		27.448,51	559.128,00	0,00	545.039,23	0,00	41.537,28
Aplicacao Financelra CDB		41.075,16	144.660,94	0,00	102.591,40	0,00	83.144,70
Diretorio PDT		0,00	16.409.909,99	0,00	11.352.585,80	0,00	5.057.324,19
		0,00	3.051,45	0,00	3.031,45	0,00	20,00
Total:		858.521,73	17.229.685,12	0,00	12.109.672,00	0,00	5.978.534,85

Considerações:

# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Devedores Diversos

09/05/00

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
--------	----------------	-----------	------------------	-------	--------------	-------------

- O Título (Cheques Terceiros Devolvidos no Valor de R\$ 6.362,07 Sera incorporado junto ao Cheques Terceiros Devolvidos no Valor de R\$ 13.226,60, Totalizando R\$ 19.589,57, pois, pertencem a mesma conta).



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Demonstração da Dívida Flutuante

09/05/00

Exercício  
1999

Município  
MONTES CLAROS

Órgão  
Prefeitura Municipal

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Seguinte
Restos a Pagar - Exercício Atual						
Restos a Pagar - Exercício Atual	0,00	15.452.153,14	0,00	0,00	0,00	15.452.153,14
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>15.452.153,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.452.153,14</b>
Restos a Pagar - Exercícios Anteriores						
RESTOS A PAGAR DE 1990 <i>Possuente</i>	1,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1,78
RESTOS A PAGAR DE 1991 <i>II</i>	136,93	0,00	0,00	0,00	0,00	136,93
RESTOS A PAGAR DE 1993 <i>II</i>	14.265,55	0,00	0,00	0,00	0,00	14.265,55
RESTOS A PAGAR DE 1994 <i>II</i>	300.250,50	0,00	0,00	0,00	0,00	300.250,50
RESTOS A PAGAR DE 1995	1.799.924,17	0,00	0,00	1.197.769,91	0,00	602.154,26
RESTOS A PAGAR DE 1996	2.255.453,90	0,00	0,00	1.352.698,63	0,00	902.755,27
RESTOS A PAGAR DE 1997	863.410,54	0,00	0,00	229.931,38	0,00	633.479,16
RESTOS A PAGAR DE 1998	9.286.760,13	0,00	0,00	7.929.470,60	0,00	1.357.289,53
<b>Total:</b>	<b>14.520.203,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.709.870,52</b>	<b>0,00</b>	<b>3.810.332,98</b>

### Depósitos

Abertura poco artesiano - claraval	1.145,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.145,45
Anulacao de Receita/93	2,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2,14
Aplic. Financeira 26755-9	6.980,93	0,00	0,00	0,00	0,00	6.980,93
Aplic. Financeira 27813-5 Benge	36.698,04	0,00	0,00	0,00	0,00	36.698,04
Aplic. Financeira 51400 Benge	991,94	0,00	0,00	0,00	0,00	991,94
Aplic. Financeira 6152-2	381,16	0,00	0,00	0,00	0,00	381,16
Aplic. Financeira 6182-4	16,49	0,00	0,00	0,00	0,00	16,49
Assemans	50.817,74	0,00	0,00	0,00	0,00	50.817,74
Casa do Artesao	10,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10,23
Const. Centro Oncologico	6,30	0,00	0,00	0,00	0,00	6,30
Conv. 4363/94 - F.NOCDED	25.024,08	0,00	0,00	0,00	0,00	25.024,08
Conv. Acougue	77.901,16	0,00	0,00	0,00	0,00	77.901,16
Conv. Cesta Basica	96.076,94	0,00	0,00	0,00	0,00	96.076,94



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Demonstração da Dívida Flutuante

09/05/00

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Seguinte
Conv. Copasa	1,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1,90
Conv. Farmacia	97.920,52	0,00	0,00	0,00	0,00	97.920,52
Conv. FNDE 5614/95	166.053,07	0,00	0,00	0,00	0,00	166.053,07
Conv. FNDE/pmmc/Event. Esport.	3.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.840,00
Conv. LBA Creches	32.559,98	0,00	0,00	31.435,43	0,00	1.124,55
Conv. SELT Olbamac	0,00	167.568,85	0,00	0,00	0,00	167.568,85
Conv. SES/SUS-Equip. Policlínica	1.944,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.944,59
Conv. Unimontes Secret. Saude	3,10	0,00	0,00	0,00	0,00	3,10
Curso Datilografia Sec. A. Social	8,86	0,00	0,00	0,00	0,00	8,86
Descontos Obitidos	3.117,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3.117,77
Descontos Partidarios	1.827,22	0,00	0,00	238,14	0,00	1.589,08
Descontos PFL	1.121,52	5.924,19	0,00	6.588,88	0,00	456,83
Diretorio PSDB	0,00	3.132,17	0,00	2.942,01	0,00	190,16
Drenagem P.B. Morada do Sol	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
FNS Const.C.Controle Zoonoses	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Honorarios Adv. Lei 2244/95	957,63	29.024,48	0,00	24.649,90	0,00	5.332,21
INSS	7,24	526.666,87	0,00	364.064,01	0,00	162.610,10
IPSEMG	157.121,60	23.522,27	0,00	61.978,44	0,00	118.665,43
MCTC.	39.034,28	35.376,00	0,00	35.810,00	0,00	38.600,28
Pasep	0,00	279.091,00	0,00	268.997,80	0,00	10.093,20
Plano de Saude	6.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.360,00
PMMC-Fund. Banco Brasil	84,24	0,00	0,00	0,00	0,00	84,24
PMMC-Saneamento Basico	23,82	0,00	0,00	0,00	0,00	23,82
Premoc PPP Boqueirao	890,90	0,00	0,00	0,00	0,00	890,90
PREVMOC	4.399.926,94	2.787.901,73	0,00	4.172.198,59	0,00	3.015.630,08
Prodecon/PMMC-GTZ	39.718,47	0,00	0,00	0,00	0,00	39.718,47
Psiu-Poetico	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Recetas a Regularizar	53,95	0,00	0,00	0,00	0,00	53,95
Redn. Aplic. Financ. 6180-8	33.261,69	0,00	0,00	0,00	0,00	33.261,69

# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Demonstração da Dívida Flutuante

09/05/00

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Seguinte
Rend. Aplic. Financ. 26344-2 Bemge	568,58	0,00	0,00	0,00	0,00	568,58
Rend. Aplic. Financ. 6084-4	84,44	0,00	0,00	0,00	0,00	84,44
Rend. Aplic. Financ. 6115-8	17.008,04	0,00	0,00	0,00	0,00	17.008,04
Rend. Aplic. Financ. 69115-7	1.683,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.683,36
Salario Familia	166,04	0,00	0,00	0,00	0,00	166,04
Sec. Cult. Event. Esportivos	1.556,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556,34
Sec. Esp. Event. Esportivos	5.481,28	240,00	0,00	0,00	0,00	5.721,28
Sind-Ute Apnorte	79,66	0,00	0,00	0,00	0,00	79,66
SINDICATO SERV. PUBL. MUNICIPAL	216,89	0,00	0,00	0,00	0,00	216,89
Taxa Atestacao Vist. e Seguranca	1,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1,17
Taxa Liberacao Animais	4.066,87	895,50	0,00	0,00	0,00	4.962,37
Vale Refeicao	134.190,15	0,00	0,00	0,00	0,00	134.190,15
Vale Transporte	100.864,13	373.804,04	0,00	230.126,90	0,00	244.541,27
<b>Total:</b>	<b>5.680.858,84</b>	<b>4.233.147,10</b>	<b>0,00</b>	<b>5.199.030,10</b>	<b>0,00</b>	<b>4.714.975,84</b>

### Débitos de Tesouraria

Op. Cred. Sntec. Receita Orcamentaria	123.155,90	0,00	0,00	0,00	0,00	123.155,90
<b>Total:</b>	<b>123.155,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123.155,90</b>

### Outras Operações

Vencimento nao Reclamado	218.596,13	73.138,48	0,00	61.496,80	0,00	230.237,81
<b>Total:</b>	<b>218.596,13</b>	<b>73.138,48</b>	<b>0,00</b>	<b>61.496,80</b>	<b>0,00</b>	<b>230.237,81</b>
<b>Montante Final:</b>	<b>20.542.814,37</b>	<b>19.758.438,72</b>	<b>0,00</b>	<b>15.970.397,42</b>	<b>0,00</b>	<b>24.330.855,67</b>

### Considerações





## Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		Ano 1999	Município	MONTES CLAROS	Órgão	Prefeitura Municipal	26/05/00 11:55:18
				VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.				114.391.457,83	RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.		118.723.087,75
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				110.721.546,01	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		112.941.460,51
Receitas Correntes				104.885.648,91	Despesas Correntes		95.039.641,76
Receita Tributária				12.524.448,33	Despesas de Custeio		74.573.829,37
Receita de Contribuições					Transferências Correntes		20.465.812,39
Receita Patrimonial				1.146.893,19	Despesas de Capital		17.901.818,75
Receita Agropecuária					Investimentos		15.430.225,62
Receita Industrial					Inversões Financeiras		632.940,00
Receita de Serviços				304.417,36	Transferência de Capital		1.838.653,13
Transferências Correntes				87.993.615,50	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		5.781.627,24
Outras Receitas Correntes				2.916.274,53	Cobrança da Dívida Ativa		920.730,14
Receitas de Capital				5.835.897,10	Alienação de Bens Móveis		72.751,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				3.669.911,82	Alienação de Bens Imóveis		4.788.146,10
Aquisição de Bens Móveis				1.245.322,45	Alienação de Bens de Nat. Industrial		
Const. e Aquisição de Bens Imóveis				632.940,00	Alienação de Títulos e Valores		
Const. e Aquis. de Bens de Nat. Industrial					Empréstimos Tomados		
Aquisição de Títulos e Valores					Recebimento de Créditos		
Amortização da Dívida Contratada				1.791.649,37	Restituição de Depósitos Compulsórios		2.984.664,13
Depósitos Compulsórios					INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.		
Empréstimos Concedidos					Cancelamento de Dívidas Ativas		
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.				12.694.009,11	Encampação de Dívidas Passivas		2.503.503,17
Inscrição da Dívida Ativa				4.057.001,61	Restabelecimento de Dívidas Passivas		
Atualização da Dívida Ativa					Almoxarifado		
Incorporação Bens (doações, etc.)				34,12	Desvalorização de Bens Móveis		
Cancelamento de Dívidas Passivas				20.575,47	Desvalorização de Bens Imóveis		
Restabelecimento de Dívidas Ativas					Desvalorização Bens de Nat. Industrial		
Almoxarifado				84.558,64	Desvalorização de Títulos e Valores		
Reavaliação de Bens Móveis					Doações e/ou Baixa de Bens Inservíveis		481.160,96
Reavaliação de Bens Imóveis				3.108.146,10	Incorporação Autarquias/Entidades		
Reavaliação de Bens de Nat. Industrial					Diversos		
Reavaliação de Títulos e Valores					Total das Variações Passivas		121.707.751,88
Incorporação Autarquias/Entidades					RESULTADO PATRIMONIAL		
Diversos				5.423.693,17	Superávit Verificado		5.377.715,06
Atualização de Empréstimos Concedidos					TOTAL GERAL		127.085.466,94
Total das Variações Ativas				127.085.466,94			
RESULTADO PATRIMONIAL							
Déficit Verificado							
TOTAL GERAL				127.085.466,94			





**COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL**  
EXERCÍCIO ANTERIOR COM O EXERCÍCIO ENCERRADO

26/05/00

Ano: 1999	Município: MONTES CLAROS		Órgão: Prefeitura Municipal	
ATIVO FINANCEIRO	Anterior	Atual	Para Mais	Para Menos
ATIVO FINANCEIRO	9.594.557,03	11.162.683,83	5.120.013,12	3.551.886,32
Disponível	8.736.035,30	5.184.148,98		3.551.886,32
Caixa				
Bancos	8.736.035,30	5.184.148,98		3.551.886,32
Vinculado				
Realizável	858.521,73	5.978.534,85	5.120.013,12	
Ações Curto Prazo				
Devedores Diversos e Outras	858.521,73	5.978.534,85	5.120.013,12	
ATIVO PERMANENTE	112.633.501,46	121.403.570,31	9.817.128,85	1.047.060,00
Bens Móveis	4.761.839,66	5.934.411,11	1.172.571,45	
Bens Imóveis	28.052.811,29	27.005.751,29		1.047.060,00
Bens de Nat. Industrial				
Créditos	60.997.622,92	64.133.894,39	3.136.271,47	
Dívida Ativa	60.997.622,92	64.133.894,39	3.136.271,47	
Depósitos Compulsórios				
Empréstimos Concedidos				
Outros Créditos				
Valores Diversos	18.821.227,59	24.329.513,52	5.508.285,93	
Ações		34,12	34,12	
Almoxarifado	179.162,82	263.721,46	84.558,64	
Incorporação Autarquias/Entidades	18.642.064,77	24.065.757,94	5.423.693,17	
TOTAL DO ATIVO	122.228.058,49	132.566.254,14	14.937.141,97	4.598.946,32
Passivo Real Descoberto				
Soma	122.228.058,49	132.566.254,14	14.937.141,97	4.598.946,32
ATIVO COMPENSADO				
TOTAL GERAL	122.228.058,49	132.566.254,14	14.937.141,97	4.598.946,32
PASSIVO FINANCEIRO	Anterior	Atual	Para Mais	Para Menos
PASSIVO FINANCEIRO	20.542.814,37	24.330.855,67	15.463.794,82	11.675.753,52
Restos a Pagar	14.520.203,50	19.262.486,12	15.452.153,14	10.709.870,52
Exercício Atual		15.452.153,14	15.452.153,14	
Exercícios Anteriores	14.520.203,50	3.810.332,98		10.709.870,52
Serviços da Dívida a Pagar				
Depósitos	5.680.858,84	4.714.975,84		965.883,00
Débitos da Tesouraria	123.155,90	123.155,90		
Outras Operações	218.596,13	230.237,81	11.641,68	
PASSIVO PERMANENTE	45.962.011,62	47.134.450,91	1.172.439,29	
Dívida Fundada Interna	44.571.089,68	45.262.368,01	691.278,33	
Dívida Fundada Externa				
DIVERSOS	1.390.921,94	1.872.082,90	481.160,96	
Incorporação Autarquias/Entidades	1.390.921,94	1.872.082,90	481.160,96	
TOTAL DO PASSIVO	66.504.825,99	71.465.306,58	16.636.234,11	11.675.753,52
Ativo Real Líquido	55.723.232,50	61.100.947,56	5.377.715,06	
Soma	122.228.058,49	132.566.254,14	22.013.949,17	11.675.753,52
PASSIVO COMPENSADO				
TOTAL GERAL	122.228.058,49	132.566.254,14	22.013.949,17	11.675.753,52



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL



**ÍNDICE:** Prefeitura Municipal/de Montes Claros /  
Exercício: 1999 /  
Protocolo: 00623238 /

### REF.: Considerações sobre a Prestação de Contas

No exame da Prestação de Contas da Prefeitura acima especificada, apuramos algumas irregularidades, conforme discriminação abaixo:

#### I – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é o resultado do somatório dos balancetes mensais evidenciado, sinteticamente, pelo “Quadro de Apuração de Receita e Despesa” à fl. 97. Ao confrontarmos o Balanço Financeiro com este quadro, apuramos que a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos de natureza extra-orçamentária, e os saldos que se transferem para o exercício seguinte não foram corretamente demonstrados, apresentando as seguintes divergências:

• Receita Orçamentária .....	R\$ 4.731.949,49
• Receita Extra-Orçamentária .....	R\$ 15.452.153,14
• Despesa Orçamentária .....	R\$ 21.365.297,40
• Saldos Disponíveis .....	R\$ 1.181.194,77

#### II – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado não evidencia a situação real do Patrimônio Municipal, tendo em vista as irregularidades apresentadas, abaixo demonstradas:

##### 1 – Ativo Financeiro

###### 1.1 - Realizável

• **Devedores Diversos** – Esta conta representa bens e direitos da Prefeitura Municipal em poder de terceiros, portanto passíveis de ressarcimento ao erário, configurando-se com isso, a transitoriedade de seus saldos, que é uma das principais características de sua natureza.

No Balanço Patrimonial apresentado às fls. 67, consta um saldo no montante de R\$ 5.978.534,85. Examinamos o seu demonstrativo analítico à fl. 68, e apuramos que a execução do saldo de “Aplicação Financeira CDB” no valor de R\$ 5.057.324,19, a grande maioria dos saldos apresentados são pendências dos exercícios de 1994, 1995 e 1996.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Ante o acima exposto, solicitamos à Administração Municipal, através de sua contabilidade examinar estas pendências, promovendo sua imediata regularização, através do ressarcimento ao erário municipal e, quando não for este o caso, ou seja, for comprovadamente erro contábil, deverá fazer o cancelamento e justificar o procedimento.

## 2 – ATIVO PERMANENTE

### 2.1 – Bens Patrimoniais

O saldo dos bens patrimoniais registrados contabilmente não demonstra com fidedignidade a situação real da Prefeitura, devido aos seguintes fatos.

1 – Com o advento do SIPP (Sistema Informatizado de Parecer Prévio), a Administração Municipal envia juntamente com a Prestação de Contas a relação dos bens incorporados e desincorporados no exercício.

São também relacionados (entrada de dados) os bens a incorporar, ou seja, aqueles que ainda não integram o patrimônio municipal, pois ainda não foram entregues (fase da liquidação da despesa). Estes bens deveriam, obrigatoriamente, ser incorporados nos exercícios subsequentes (no SIPP – “Doação/outros), mas tal fato não vem ocorrendo, pois os “bens a incorporar” dos exercícios anteriores nunca foram incorporados contabilmente ao saldo patrimonial, conforme demonstração abaixo:

#### Exercício de 1996

• Bens adquiridos .....	R\$	348.948,84
• Bens incorporados .....	R\$	342.840,34
• Bens a incorporar .....	R\$	6.108,50

#### Exercício de 1997

• Bens adquiridos .....	R\$	891.580,31
• Bens incorporados .....	R\$	855.593,17
• Bens a incorporar .....	R\$	35.987,14

#### Exercício de 1998

• Bens adquiridos .....	R\$	1.791.538,26
• Bens incorporados .....	R\$	1.432.868,25
• Bens a incorporar .....	R\$	358.670,01 (vide relação em anexo)

Ante o acima exposto, solicitamos à Administração Municipal através de sua contabilidade que faça as devidas incorporações, registrando-as contabilmente.

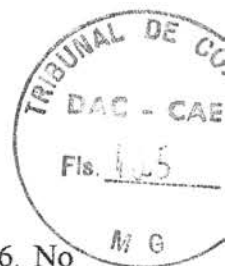
2 – Houve uma divergência de saldo no valor de R\$ 51.000,00 referente a duas desincorporações feitas indevidas com as seguintes descrições “Bens Móveis - Teste para Desincorporação Outros Primeiro” e “Bens Móveis - Teste para Desincorporação Outros segundo”.

Em nosso exame, fizemos os ajustes necessários, excluindo estas desincorporações e diante destes fatos solicitamos esclarecimentos a respeito destes lançamentos.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



### 2.2 – Almoxarifado

O Balanço Patrimonial apresentou um saldo no montante de R\$ 263.721,46. No nosso exame, apuramos, que no almoxarifado houve apenas registros de entrada de mercadorias e durante todo exercício não houve nenhum registro de saída, fato este incomum, pois a natureza do almoxarifado é registrar entradas e saídas. Não ocorrendo este fato, evidencia-se um setor sem um controle eficiente.

## 3 – PASSIVO FINANCEIRO

### 3.1 – Dívida Flutuante

Examinamos esta dívida e apuramos as seguintes irregularidades:

#### 3.1.1 – Restos a Pagar

Constatamos, que alguns saldos remanescentes de inscrições em Restos a Pagar em exercícios anteriores já ocorreu a prescrição quinquenal. Solicitamos à contabilidade municipal efetuar o cancelamento.

#### 3.1.2 – Depósitos

Examinamos esta conta e apuramos as seguintes irregularidades:

A – Divergência no valor de R\$ 216,89 relativa ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, omitido no demonstrativo desta dívida.

B – Após examinarmos o demonstrativo analítico desta conta, constatamos a existência de saldos pendentes desde o exercício de 1994 (vide fls. 118/120...). Solicitamos, à Contabilidade Municipal, fazer um exame criterioso destas pendências e proceder a regularização destes saldos.

C – Constatamos, ainda, uma dívida com a PREVMOC, que vem mantendo um saldo expressivo (R\$3.812.850,14) desde o exercício de 1996, que vem se mantendo nos exercícios subsequentes com pequenas variações.

Entendemos, que esta dívida, assim como a da alínea anterior contraria a natureza da Dívida Flutuante que é uma dívida de curto prazo.

Solicitamos à contabilidade municipal fazer uma avaliação sob a possibilidade de transferi-la para a Dívida Fundada, que é de longo prazo, celebrando com o credor (PREVIMOC) um contrato onde se estabelecerá prazo, valor da amortização e demais condições inerentes a este tipo de operação.

#### 3.1.3 – Débitos de Tesouraria

Encontra-se nesta conta, sob o título “Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária um saldo no montante de R\$ 123.155,90 pendente desde o exercício de 1996.

Este fato é irregular, pois contraria dispositivos da Resolução nº. 78 do Senado Federal que estabelece o prazo de liquidação das operações ARO em até dez dias úteis antes do encerramento do exercício em que foi contratada.

Ante os fatos acima citados, solicitamos à Administração Municipal a imediata regularização desta pendência.




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



**III – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Apuramos uma divergência no valor de R\$ 51.000,00 referente à exclusão de duas desincorporações feitas indevidamente, vide item 2.1 fl. ...<sup>124</sup>.....

À  
Consideração Superior  
CAE/DAC, em 24/05/00

  
Antônio Carlos Ferreira da Silva  
Inspetor de Controle Externo  
TC – 1105-1



## DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS

## COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
EXERCÍCIO: 1998

## BENS A INCORPORAR - TOTAL - R\$ 358.670,01

1.	02 suportes padrão	R\$ 210,00
2.	01 programa de computador	R\$ 2.538,00
3.	03 microscópios, 03 micropipeta multicanal	R\$ 18.842,00
4.	50 esfigmomanômetro	R\$ 1.174,00
5.	03 computadores pentium e 03 impressoras matriciais	R\$ 5.532,00
6.	01 compressor odontológico	R\$ 2.100,00
7.	01 microcomputador pentium	R\$ 1.701,00
8.	01 trena	R\$ 16,50
9.	01 microcomputador completo	R\$ 1.690,00
10.	01 livro Consolidação das Leis	R\$ 49,00
11.	01 furadeira Bosch	R\$ 200,00
12.	02 cortinas persianas	R\$ 198,00
13.	01 armário e 01 estante de aço	R\$ 249,00
14.	04 bombas manuais	R\$ 124,00
15.	01 cortina persiana	R\$ 99,00
16.	08 aparelhos telefônicos	R\$ 410,88
17.	01 impressora Epson	R\$ 340,00
18.	01 cortina persiana	R\$ 99,00
19.	02 jogos totobol completos	R\$ 880,00
20.	180 cadeiras para equipar a sala Geraldo Freire	R\$ 13.950,00
21.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
22.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
23.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
24.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
25.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
26.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
27.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
28.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
29.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
30.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
31.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00
32.	02 estantes e 01 armário	R\$ 215,00





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



33.	02 estantes e 01 armário	R\$	215,00	9
34.	02 estantes e 01 armário	R\$	215,00	
35.	02 estantes e 01 armário	R\$	215,00	
36.	01 livro	R\$	987,00	
37.	01 livro	R\$	435,10	
38.	01 livro	R\$	934,50	
39.	01 livro	R\$	2.513,31	
40.	01 livro	R\$	8.536,47	
41.	01 livro	R\$	768,80	
42.	01 livro	R\$	4.510,18	
43.	01 livro	R\$	137,50	
44.	01 livro	R\$	3.627,83	
45.	01 livro	R\$	398,58	
46.	01 livro	R\$	3.280,90	
47.	01 livro	R\$	6.052,25	
48.	01 livro	R\$	2.128,62	
49.	01 livro	R\$	1.654,75	
50.	01 livro	R\$	1.982,04	
51.	01 livro	R\$	1.319,17	
52.	01 livro	R\$	3.118,49	
53.	01 livro	R\$	13.795,88	
54.	01 livro	R\$	9.533,80	
55.	01 livro	R\$	703,15	
56.	01 livro	R\$	978,59	
57.	01 livro	R\$	1.636,78	
58.	01 livro	R\$	10,50	
59.	01 livro	R\$	8.373,33	
60.	01 livro	R\$	146,10	
61.	01 livro	R\$	106,90	
62.	01 livro	R\$	542,83	
63.	01 livro	R\$	21,00	
64.	01 livro	R\$	235,00	
65.	01 livro	R\$	25,20	
66.	01 livro	R\$	23,00	
67.	01 livro	R\$	17,50	
68.	01 livro	R\$	809,12	
69.	01 livro	R\$	17.340,50	
70.	01 livro	R\$	18.169,81	
71.	01 livro	R\$	30.003,11	
72.	01 livro	R\$	308,80	
73.	01 livro	R\$	746,18	
74.	01 livro	R\$	452,00	
75.	01 livro	R\$	5.604,90	
76.	01 livro	R\$	1.142,50	
77.	03 máquinas fotocopadoras Xerox	R\$	7.999,86	
78.	05 aparelhos telefônicos	R\$	256,80	
79.	09 bebedouros industriais	R\$	7.605,00	



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



80.	02 mesas de ping pong , 02 camas elásticas e 02 Kits Basquete	R\$	11.428,00	9
81.	02 bombas acopladas às carretas tanque	R\$	11.873,00	
82.	04 tratores, 02 carretas e 01 sulcador	R\$	103.383,00	
83.	02 estantes e 01 armário de aço	R\$	215,00	
84.	04 arados reversíveis e 02 roçadeiras acopláveis	R\$	9.170,00	
<b>Total</b>		<b>R\$</b>	<b>358.670,01</b>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS




**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
**Coordenadoria de Área de Análise de Contas do Executivo Municipal**

**DE ACORDO**

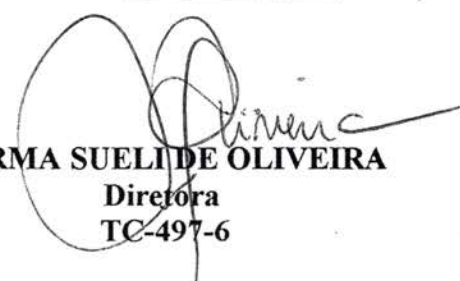
**À Consideração da Sra. Diretora**  
**da Diretoria de Análise Formal de Contas**

CAE, aos 01/09/2000

  
**ÉLCIO VASCONCELOS COELHO**  
Coordenador de Área  
TC-1100-0

**DE ACORDO**

DAC, aos 06/09/2000

  
**NORMA SUELI DE OLIVEIRA**  
Diretora  
TC-497-6





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



## DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**ÍNDICE:** Prefeitura Municipal Montes Claros ✓  
Exercício: 1999 ✓  
Protocolo: 623.238 ✓

**INFORMAÇÃO:** Atendendo ao despacho do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, à fl. 177, tendo em vista a juntada de documentos às fls. 148/174, temos a informar:

### **1 – Da Execução Financeira**

#### **1.1 – Balanço Financeiro X Quadro de Apuração de Receita e Despesa**

#### **1.2 – Saldos Disponíveis**

Em nosso estudo inicial, às fls. 102 e 103, apontamos divergência no confronto entre o Balanço Financeiro e o Quadro de Apuração de Receita e Despesas, onde são considerados os Balancetes Mensais, bem como no Saldo Disponível.

O defendente alegou, às fls. 148/149, em síntese, que: “encontramos erros meramente formais no preenchimento do quadro de apuração de receita e despesa, um novo quadro foi elaborado sanando as irregularidades apontadas”.

À fl. 159, o defendente anexou novo quadro de Apuração de Receita e Despesa, devidamente corrigido, razão pela qual, retificamos nossa informação inicial, considerando estes itens regularizados.

### **2 – Da Execução Patrimonial**

#### **2.1 – Balanço Patrimonial**

#### **2.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

#### **2.3 – Demonstração da Dívida Flutuante**

Em nosso estudo inicial, às fls. 104 a 106, apontamos divergências na elaboração dos demonstrativos patrimoniais apresentados pela Administração Municipal.

O defendente alegou, às fls. 149 a 151, em síntese, que: “Acata o nosso estudo técnico, e quanto às considerações de fls. 123 a 126, informa que no exercício de 2001 será objeto de rigorosa atenção por parte da Prefeitura”.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Ante o acima exposto, ratificamos nossa informação inicial pelo fato do defendente não juntar aos autos novos quadros da Execução Patrimonial devidamente corrigidos, tendo sido juntada, às fls. 160 a 169, cópia de nosso exame inicial da Execução Patrimonial.

### **3 – Relatório do Órgão Central de Controle Interno**

Em nosso estudo inicial, à fl. 110, fizemos a seguinte consideração: O relatório apresentado não está em conformidade com a legislação pertinente, pois não tem o conteúdo legalmente exigido.


O Relatório de Controle Interno deveria ser apresentado nos termos do § 2º, do artigo 53, da Lei Complementar nº 33, do Tribunal de Contas, abordando, necessariamente, no mínimo, a execução da Lei Orçamentária Anual, enfocando, principalmente, se as metas previstas no orçamento foram alcançadas no tocante à arrecadação da receita e ao cumprimento dos programas de governo, projetos e atividades ou apresentando justificativas quando tais objetivos não forem alcançados.

O defendente alegou, à fl. 154, em síntese, que: “Das considerações descritas como irregulares por parte dos respeitados técnicos desta Corte, que analisaram os atos de gestão econômico – financeira deste município, este Controle Interno juntamente com o Setor de Contabilidade irá, no decorrer do exercício de 2001, proceder às devidas regularizações. Com isto, estaremos demonstrando e assegurando a exatidão dos resultados patrimoniais no tocante ao Passivo Financeiro”.

Tendo em vista que a justificativa apresentada não sana as irregularidades acerca do Controle Interno, ratificamos nossa informação inicial, à fl. 110, mantendo referida irregularidade.

À

Consideração superior  
CAE/DAC, em 28/05/01

  
Marcos Antonio Correia L. Silva  
Técnico Superior  
TC: 5023-4

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS – DAC**  
**COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS**  
**DO EXECUTIVO MUNICIPAL - CAE**



**Processo nº : 623.238**


**Órgão / Entidade : Prefeitura Municipal de Montes Claros**

**Ano de Referência : 1999**

De acordo com a análise de fls. 178 a 179 .

À consideração do Sr. Diretor da DAC.

CAE, aos 30/05/01.

  
**Carlos Alberto Nunes Borges**  
**Coordenador de Área**  
**TC 1165 – 4**

De Acordo.

DAC, aos 12/06/2001

  
**José Geraldo de Carvalho**  
**Diretor da DAC**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS – DAC**  
**COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS**  
**DO EXECUTIVO MUNICIPAL - CAE**



**Processo nº : 623.238**

Aos 1<sup>o</sup> dias do mês de junho  
de 2001, remeto este processo a Auditoria  
e Procuradoria.

**CAE / DAC**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Gabinete do Auditor Nelson Boechat Cunha*



Protocolo nº 623238  
PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
Prefeitura Municipal de Montes Claros  
Exercício de 1999

Pela Auditoria.

Os presentes autos contaram com abertura de vista por determinação do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, pelo que o interessado fez juntar documentação de fls. 148/174.

Assim, o órgão técnico elaborou reexame de fls. 178/179, considerando pertinentes os seguintes itens:

- divergências na elaboração dos demonstrativos patrimoniais;
- considerações acerca do relatório do órgão central de controle interno, tendo em vista que o mesmo não está em conformidade com a legislação peritnente.

Diante do exposto, opinamos pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação com ressalvas das contas, nos termos da Resolução 10/96 deste Tribunal.

Tribunal de Contas, 19.06.2001

  
NELSON BOECHAT CUNHA  
AUDITOR

Pppc-aprov



Fls. 183  
R.E.

PROTOCOLO: 623238  
PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL *montes claros*  
EXERCÍCIO: 1999

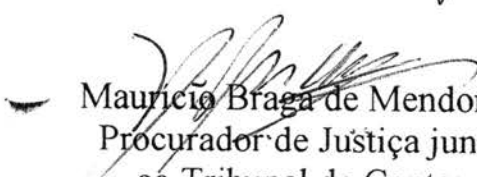
**Eminente Relator,**

No reexame da Prestação de contas em epígrafe procedido pela Diretoria de Análise Formal de Contas, depreende-se que as irregularidades apontadas no exame inicial foram submetidas à apreciação do prestador que no entanto, não apresentou documentos ou justificativas suficientes para a regularização dos atos.

A Procuradoria de Justiça, face ao exposto, opina pela emissão de parecer prévio, considerando a prestação de contas regular com ressalvas.

É o parecer

Belo Horizonte, 21 de junho de 2001.

  
Maurício Braga de Mendonça  
Procurador de Justiça junto  
ao Tribunal de Contas





**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DO DIA 09.04.02

ASSUNTO: PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 623238,  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, EXERCÍCIO  
DE 1999

RELATOR: CONSELHEIRO PRESIDENTE SIMÃO PEDRO TOLEDO

CONSELHEIRO PRESIDENTE SIMÃO PEDRO TOLEDO:

Cuidam os presentes autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, exercício de 1999, cujo exame inicial foi procedido pelo Órgão Técnico com base nas informações apresentadas através do SIPP.

Tendo em vista as irregularidades ali constatadas, foi concedida abertura de vista ao então Prefeito Municipal, Sr. Jairo Ataíde Vieira, fls. 135, ocasião em que fez juntar aos autos a documentação de fls. 148/174.

O Órgão Técnico procedeu ao reexame às fls. 178/179, onde se constatou que foram sanadas algumas das irregularidades inicialmente verificadas.

A Auditoria e a Procuradoria opinam, respectivamente, às fls. 182 e 183, pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, com ressalvas.

É o relatório.

Em face do reexame procedido pelo Órgão Técnico, das irregularidades constatadas restaram pendentes as abaixo discriminadas, as quais passo a analisar:

- 1 - DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL
  - 1.1 - Balanço Patrimonial
  - 1.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais
  - 1.3 - Demonstração da Dívida Flutuante



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



O Órgão Técnico apontou, às fls. 104/106, divergências na elaboração dos demonstrativos patrimoniais apresentados pela Administração Municipal.

Em sua defesa, alega o interessado, às fls. 149/151, que acata o estudo técnico e que o exercício de 2001 será objeto de rigorosa atenção por parte da Prefeitura. Porém não junta novos demonstrativos.

VOTO: Considerando que as divergências apuradas revestem-se de natureza formal, deverá o Serviço de Contabilidade Municipal proceder aos ajustes pertinentes, em conformidade com o estudo elaborado pelo Órgão Técnico, nos termos da Lei nº 4.320/64, no que couber, prestando esclarecimentos à Câmara Municipal quando do julgamento das contas.

2 - RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

O Órgão Técnico, no estudo inicial às fls. 110, aponta que o relatório apresentado não está em conformidade com a legislação pertinente, pois não tem o conteúdo legalmente exigido.

Alega o interessado que o Controle Interno juntamente com o Setor de Contabilidade do Município irá, no decorrer do ano de 2001, proceder às devidas regularizações.

VOTO: Considero irregular a falha apontada, devendo a Administração Municipal se adequar às normas vigentes e observar, em exercícios futuros, as disposições do § 2º do art. 53 da Lei Complementar nº 33/94 e item II do art. 5º da Instrução Normativa nº 02/99.

VOTO FINAL: Mediante o exposto, voto pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, com ressalva, da Prefeitura Municipal de Montes Claros, exercício de 1999.

CONSELHEIRO SYLO COSTA:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHEIRO EDUARDO CARONE COSTA:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE SIMÃO PEDRO TOLEDO:

APROVADOS OS VOTOS DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

O TRIBUNAL EMITIU PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM A RESSALVA CONSTANTE DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS, NOS TERMOS DO VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR.



## **PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

Secretaria Municipal de Fazenda

Montes Claros, 09 de dezembro de 2002

Exmo. Sr.

**Vereador Ademar de Barros Bicalho**

DD. Presidente da Câmara Municipal

MONTES CLAROS-MG

Senhor Presidente,

Estamos nesta oportunidade apresentando a essa Egrégia Casa, especialmente para conhecimento da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, os itens da Prestação de Contas deste Município referente ao exercício de 1.999, que foram objeto de questionamento e que já se acham sanados, conforme demonstramos a seguir:

### **1) Da Variação do Balanço Patrimonial**

a) A diferença de R\$ 51.000,00 já foi regularizada, por haver lançamento de teste, não excluído quando do fechamento da Prestação de Contas naquela oportunidade, sendo que o novo Quadro já foi encaminhado ao Tribunal de Contas de Minas Gerais;

b) Quanto aos bens a incorporar, dos exercícios de 1.996, 1.997 e 1.998, os mesmos já estão sendo regularizados desde a Prestação de Contas de 2.000, conforme demonstrativo em anexo.

### **2) Do Balanço Patrimonial**

Com a regularização do item acima, automaticamente se corrigiu o referido Balanço, também já encaminhado ao Tribunal de Contas de Minas Gerais.

## **PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

Secretaria Municipal de Fazenda

### **3) Da Dívida Flutuante**

a) O item "Prescrição dos Restos a Pagar Quinquenal", já está sendo regularizada na Prestação de Contas de 2.002;

b) No tocante aos itens "valor consignado ao Sindicato dos Servidores de R\$ 216,89 e saldos pendentes desde 1.994", estes já estão sendo avaliados, com os levantamentos para acerto sendo realizados pela Auditoria do Município;

c) A dívida para com a PREVMOC desde 1.996 refere-se ao empréstimo autorizado pela Câmara Municipal através da Lei 2.445 de 23/12/1.996, estando esta contabilidade promovendo os levantamentos e atualização de valores para a transferência da Dívida Flutuante para a Dívida Fundada, na Prestação de Contas do exercício de 2.002;

d) Quanto ao valor de R\$ 123.155,90 relativo ao ARO, também pendente desde 1.996, já foi regularizado na Prestação de Contas de 2.001, onde foram feitos os devidos levantamentos e identificamos inversão de lançamentos conforme detalhado na cópia em anexo.

### **4) Do Balanço Financeiro X Quadro de Apuração de Receita e Despesa**

Quanto a estes itens já foram regularizados e encaminhados ao Tribunal de Contas de Minas Gerais.

### **5) Do Quadro do FUNDEF**

O Tribunal questiona a aplicação dos recursos, à maior que a receita. Isto se deve ao fato do Município haver iniciado o ano de 1.999 com saldo financeiro na conta do FUNDEF, devido à precaução do Sr. Prefeito, em 1.998, com relação à aplicação dos referidos recursos naquele exercício, em virtude das dúvidas que ainda existiam a respeito. Sanadas estas, todos os recursos auferidos em 1.999 e mais o saldo remanescente de 1.998 foram aplicados, donde a diferença objeto do questionamento levantado pelo Tribunal.




**PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

Secretaria Municipal de Fazenda

**6) Do Relatório do Controle Interno**

Finalmente, no que se refere ao Relatório do Controle Interno, salientamos que esta Administração, em cumprimento às recomendações contidas no Parecer Prévio emitido pelo Tribunal, referente à Prestação de Contas do exercício de 1.999, já cuidou, nos exercícios posteriores, de adequar este ítem às determinações da Lei Complementar nº 33/94 e da Instrução Normativa nº 02/99 do TCE.

Atenciosamente,

  
**Sandro Lobo Araújo**  
Contador



Exercício Município  
1999 MONTES CLAROS

Órgão  
Prefeitura Municipal

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇAS
		CRÉDITOS		TOTAL		
		Orçam. e Supl.	Espec. e Extr.			
4000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	15.000,00	244,90	-14.755,10
4100	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	15.000,00	244,90	-14.755,10
4120	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	0,00	15.000,00	244,90	-14.755,10
0847235	Bolsas de Estudo	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
0847235.4.0014	BOLSAS ESTUDO ALUNOS CARENTES	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
3000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
3200	TRANSFÉRENCIAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
3250	Transferências a Pessoas	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
3254	Apoio Financeiro a Estudante	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
0847427	Alimentação e Nutrição	5.000,00	0,00	5.000,00	3.552,00	-1.448,00
0847427.2.0076	PROD.DIST.ALIM.EDUC.MER.ESC.	1.106.000,00	0,00	1.106.000,00	973.828,96	-132.171,04
3000	DESPESAS CORRENTES	1.106.000,00	0,00	1.106.000,00	973.828,96	-132.171,04
3100	DESPESAS DE CUSTEIO	1.106.000,00	0,00	1.106.000,00	973.828,96	-132.171,04
3110	Pessoal	1.106.000,00	0,00	1.106.000,00	973.828,96	-132.171,04
3111	Pessoal Civil	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	-60.000,00
3120	Material de Consumo	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	-60.000,00
3130	Serviços de Terceiros e Encargos	966.000,00	0,00	966.000,00	965.015,00	-985,00
3132	Outros Serviços e Encargos	80.000,00	0,00	80.000,00	8.813,96	-71.186,04
1206	FUNDEF	80.000,00	0,00	80.000,00	8.813,96	-71.186,04
08	EDUCAÇÃO E CULTURA	8.764.881,00	0,00	8.764.881,00	8.636.066,25	-128.814,75
0842	ENSINO FUNDAMENTAL	8.764.881,00	0,00	8.764.881,00	8.636.066,25	-128.814,75
0842188	Ensino Regular	8.764.881,00	0,00	8.764.881,00	8.636.066,25	-128.814,75
0842188.1.0030	CONST.AMPL.REF.REDE FIS.ESC.	7.781.100,00	0,00	7.781.100,00	7.662.485,74	-118.614,26
4000	DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	0,00	318.000,00	317.252,23	-747,77
4100	INVESTIMENTOS	318.000,00	0,00	318.000,00	317.252,23	-747,77
4110	Obras e Instalações	318.000,00	0,00	318.000,00	317.252,23	-747,77
0842188.2.0077	MANUTENCAO ENSINO FUNDAMENTAL	318.000,00	0,00	318.000,00	317.252,23	-747,77
3000	DESPESAS CORRENTES	1.744.580,00	0,00	1.744.580,00	1.684.530,42	-60.049,58
3100	DESPESAS DE CUSTEIO	1.744.580,00	0,00	1.744.580,00	1.684.530,42	-60.049,58
3110	Pessoal	1.744.580,00	0,00	1.744.580,00	1.684.530,42	-60.049,58
3111	Pessoal Civil	25.740,00	0,00	25.740,00	180,00	-25.560,00
3113	Obrigações Patronais	13.740,00	0,00	13.740,00	180,00	-13.560,00
		12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	-12.000,00

**Exercício Município**  
**1999 MONTES CLAROS**

**Órgão**  
**Prefeitura Municipal**

CÓDIGO		TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇAS
			CRÉDITOS		TOTAL		
			Orçam. e Supl.	Espec. e Extr.			
3120		Material de Consumo	338.860,00	0,00	338.860,00	338.848,50	-11,50
3130		Serviços de Terceiros e Encargos	1.374.980,00	0,00	1.374.980,00	1.344.181,92	-30.798,08
3131		Remuneração de Serviços Pessoais	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
3132		Outros Serviços e Encargos	1.369.980,00	0,00	1.369.980,00	1.344.181,92	-25.798,08
3190		Diversas Despesas de Custeio	5.000,00	0,00	5.000,00	1.320,00	-3.680,00
3192		Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00	0,00	5.000,00	1.320,00	-3.680,00
0842188.2.0078		REMUN.DOCENTE MAGISTERIO	5.538.200,00	0,00	5.538.200,00	5.509.303,80	-28.896,20
3000		DESPESAS CORRENTES	5.538.200,00	0,00	5.538.200,00	5.509.303,80	-28.896,20
3100		DESPESAS DE CUSTEIO	5.538.200,00	0,00	5.538.200,00	5.509.303,80	-28.896,20
3110		Pessoal	5.538.200,00	0,00	5.538.200,00	5.509.303,80	-28.896,20
3111		Pessoal Civil	5.130.000,00	0,00	5.130.000,00	5.126.240,19	-3.759,81
3113		Obrigações Patronais	408.200,00	0,00	408.200,00	383.063,61	-25.136,39
0842188.3.0026		AQUIS.EQUIP.MAT.PERMANENTE	171.130,00	0,00	171.130,00	151.399,29	-19.730,71
4000		DESPESAS DE CAPITAL	171.130,00	0,00	171.130,00	151.399,29	-19.730,71
4100		INVESTIMENTOS	171.130,00	0,00	171.130,00	151.399,29	-19.730,71
4120		Equipamentos e Material Permanente	171.130,00	0,00	171.130,00	151.399,29	-19.730,71
0842188.4.0015		TRANSFERENCIA A CAIXA ESCOLAR	171.130,00	0,00	171.130,00	151.399,29	-19.730,71
3000		DESPESAS CORRENTES	9.190,00	0,00	9.190,00	0,00	-9.190,00
3200		TRANSFÉRENCIAS CORRENTES	9.190,00	0,00	9.190,00	0,00	-9.190,00
3230		Transferências a Instituições Privadas	9.190,00	0,00	9.190,00	0,00	-9.190,00
3231		Subvenções Sociais	9.190,00	0,00	9.190,00	0,00	-9.190,00
0842217		Treinamento de Recursos Humanos	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	-15.000,00
0842217.2.0079		TREINAMENTO RECURSOS HUMANOS	15.000,00	0,00	15.000,00	4.800,00	-10.200,00
3000		DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	15.000,00	4.800,00	-10.200,00
3100		DESPESAS DE CUSTEIO	15.000,00	0,00	15.000,00	4.800,00	-10.200,00
3120		Material de Consumo	10.000,00	0,00	10.000,00	4.800,00	-10.200,00
3130		Serviços de Terceiros e Encargos	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
3132		Outros Serviços e Encargos	5.000,00	0,00	5.000,00	4.800,00	-200,00
0842239		Transporte Escolar	968.781,00	0,00	968.781,00	968.780,51	-0,49
0842239.2.0080		TRANSPORTE ESCOLAR	968.781,00	0,00	968.781,00	968.780,51	-0,49
3000		DESPESAS CORRENTES	968.781,00	0,00	968.781,00	968.780,51	-0,49
3100		DESPESAS DE CUSTEIO	968.781,00	0,00	968.781,00	968.780,51	-0,49



**Exercício Município**  
**1999 MONTES CLAROS**

**Órgão**  
**Prefeitura Municipal**

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇAS
		CRÉDITOS		TOTAL		
		Orçam. e Supl.	Espec. e Extr.			
3130	Serviços de Terceiros e Encargos	968.781,00	0,00	968.781,00	968.780,51	-0,49
3132	Outros Serviços e Encargos	968.781,00	0,00	968.781,00	968.780,51	-0,49
1301	GABINETE DO SECRETARIO	312.700,00	0,00	312.700,00	206.781,22	-105.918,78
03	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	312.700,00	0,00	312.700,00	206.781,22	-105.918,78
0307	ADMINISTRAÇÃO	312.700,00	0,00	312.700,00	206.781,22	-105.918,78
0307021	Administração Geral	222.700,00	0,00	222.700,00	203.195,22	-19.504,78
0307021.2.0082	MANUT.ATIV.APOIO ADMINISTRAT	217.000,00	0,00	217.000,00	200.562,62	-16.437,38
3000	DESPESAS CORRENTES	217.000,00	0,00	217.000,00	200.562,62	-16.437,38
3100	DESPESAS DE CUSTEIO	217.000,00	0,00	217.000,00	200.562,62	-16.437,38
3110	Pessoal	195.000,00	0,00	195.000,00	194.905,64	-94,36
3111	Pessoal Civil	195.000,00	0,00	195.000,00	194.905,64	-94,36
3120	Material de Consumo	5.000,00	0,00	5.000,00	1.762,08	-3.237,92
3130	Serviços de Terceiros e Encargos	17.000,00	0,00	17.000,00	3.894,90	-13.105,10
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
3132	Outros Serviços e Encargos	15.000,00	0,00	15.000,00	3.894,90	-11.105,10
0307021.3.0027	AQUIS.EQUIP.MAT.PERMANENTE	5.000,00	0,00	5.000,00	1.932,60	-3.067,40
4000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	5.000,00	1.932,60	-3.067,40
4100	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	5.000,00	1.932,60	-3.067,40
4120	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	5.000,00	1.932,60	-3.067,40
0307021.4.0016	CONTRIBUICAO A ASSETUR	5.000,00	0,00	5.000,00	1.932,60	-3.067,40
3000	DESPESAS CORRENTES	700,00	0,00	700,00	700,00	0,00
3200	TRANSFÉRENCIAS CORRENTES	700,00	0,00	700,00	700,00	0,00
3230	Transferências a Instituições Privadas	700,00	0,00	700,00	700,00	0,00
3233	Contribuições Correntes	700,00	0,00	700,00	700,00	0,00
0307023	Divulgação Oficial	90.000,00	0,00	90.000,00	700,00	0,00
0307023.2.0083	MANUT.SERVICOS DE DIVULGACAO	90.000,00	0,00	90.000,00	3.586,00	-86.414,00
3000	DESPESAS CORRENTES	90.000,00	0,00	90.000,00	3.586,00	-86.414,00
3100	DESPESAS DE CUSTEIO	90.000,00	0,00	90.000,00	3.586,00	-86.414,00
3130	Serviços de Terceiros e Encargos	90.000,00	0,00	90.000,00	3.586,00	-86.414,00
3132	Outros Serviços e Encargos	90.000,00	0,00	90.000,00	3.586,00	-86.414,00
1302	DIVISAO DE INDUSTRIA	240.000,00	0,00	240.000,00	3.586,00	-86.414,00
03	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	240.000,00	0,00	240.000,00	110.030,01	-129.969,99
		240.000,00	0,00	240.000,00	110.030,01	-129.969,99



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Demonstração da Dívida Flutuante

Exercício : 2001

Órgão : EXECUTIVO MUNICIPAL

25/03/2002 - 14:44

Município : MONTES CLAROS

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual
Urbanização Vila São Francisco de Assis	(55.610,79)	0,00	0,00	0,00	0,00	(55.610,79)
Rendimentos Aplicações (Camara Municipal)	0,00	17.657,40	0,00	17.657,40	0,00	0,00
Secretaria de Esportes Eventos Esportivos	7.007,91	0,00	0,00	0,00	0,00	7.007,91
Secretaria de Cultura - Eventos Culturais	1.556,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556,34
Contribuições Diversas (Camara Municipal)	0,00	81.862,96	0,00	81.862,96	0,00	0,00
Convenio SES/SUS Equipamentos Policlínica	1.944,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.944,59
INS Construção Centro Controle de Zoonoses	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Montes Claros Tennis Clube (Camara Municipal)	0,00	343,00	0,00	343,00	0,00	0,00
Pensão Alimentícia Judicial (Camara Municipal)	0,00	27.678,03	0,00	27.678,03	0,00	0,00
SVLEC Assoc. Servs. Vereadores (Camara Municipal)	0,00	109.684,40	0,00	109.684,40	0,00	0,00
SPMMC - Sindicato Servidores Públicos Municipais	(40.792,52)	757.091,77	0,00	735.642,91	0,00	(19.343,66)
<b>Total</b>	<b>4.917.688,57</b>	<b>11.441.061,07</b>	<b>0,00</b>	<b>12.977.623,31</b>	<b>0,00</b>	<b>4.951.033,65</b>
<b>Débitos de Tesouraria</b>						
Operações de Crédito Antecipação Receita Orçamentária	123.155,90	0,00	0,00	0,00	123.155,90	0,00
<b>Total</b>	<b>123.155,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123.155,90</b>	<b>0,00</b>
<b>Dútras Operações</b>						
Encargamentos não Reclamados	251.586,27	149.299,97	0,00	77.726,42	0,00	323.159,82
<b>Total</b>	<b>251.586,27</b>	<b>149.299,97</b>	<b>0,00</b>	<b>77.726,42</b>	<b>0,00</b>	<b>323.159,82</b>
<b>Montante Final</b>	<b>14.641.694,10</b>	<b>19.316.895,51</b>	<b>122.727,27</b>	<b>16.953.896,32</b>	<b>128.058,34</b>	<b>18.569.269,54</b>

Considerações:

Foram Cancelados os seguintes empenhos:

exercício de 1999 = Empenho 9187/99 Valor R\$ 13,76 Despesa não efetivada

exercício de 2000 = Empenhos 7635/00, 8523/00, no valor global de R\$ 4.888,68 Despesa não Efetivada

Foi restabelecido na conta de RESTOS A PAGAR DE 1995 o valor de R\$ 122.727,27 que no exercício de 1996 foi dado baixa indevidamente, pois a despesa referia-se a amortização do pagamento do ARO de 1995, (Despesas Extra-Orçamentárias) que ora estamos regularizando na conta

# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Demonstração da Dívida Flutuante

Exercício : 2001

Órgão : EXECUTIVO MUNICIPAL

25/03/2002 - 14:44

Município : MONTES CLAROS

Rebittos de Tesouraria.

FOI CANCELADO O VALOR DE R\$ 123.155,90 SENDO : R\$ 122.727,27 AMORTIZAÇÃO DO ARO PAGA EM 20/03/1996 OP-209 CONSIDERADA A CONTA DE RESTOS A PAGAR ( 9901) DE 1996. O VALOR DE R\$ 428,63 FOI CONTABILIZADO A MENOR NA CONTA DE AMORTIZAÇÃO O ARO E A MAIOR NA CONTA DE JUROS DE ENCARGOS DA DÍVIDA QUANDO PAGAMENTO NA 1ª PARCELA EM 27/03/1995 EMPENHO 4752 OP-4753.



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Bens Incorporados

Exercício : 2000

Órgão : Executivo Municipal

02/04/01 - 13:19

Município : MONTES CLAROS

1	Parte da Construção do Centro de Saúde do Bairro Cidade Industrial	17.009,87
1	Parte da Construção do Centro de Saúde do Bairro Cidade Industrial	0,00
1	Parte da Construção do Centro de Saúde da Vila Anália	0,00
1	Construção do Centro de Saúde no Distrito de Panorâmica	14.935,70
1	Reforma e Ampliação do Posto de Saúde da Comunidade de Aboboras	1.581,81
1	Reforma e Ampliação do Posto de Saúde de Nova Esperança	1.918,70
<b>Subtotal</b>		<b>2.325.921,07</b>

### Bens de Natureza Industrial

Quantidade	Descrição	Valor Incorporado
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>
	<b>Total Aquisição</b>	<b>3.214.110,85</b>

Bens Incorporados Independentemente de Execução Orçamentária

### Bens Móveis

Quantidade	Descrição	Valor Incorporado
1	Licença de Uso de Software	340,00
1	Lente de 04 Espelhos	2.225,00
1	lente de 78 Dioptrias	790,00
1	Caixa de Provas	2.480,00
1	Sistema Orcplan	680,00
1	Central Telefonica D-120	15.658,95
2	Mesas para Escritorio	180,00
1	Impressora Jato de Tinta	589,00
1	Microcomputador Completo	2.546,00
13	Aparelhos Telefonicos	299,00
2	Bebedores Eletricos	850,00
20	Suporte para Sabao Liquido	980,00
3	Cuspideira Completa	870,00
5	Fogoes 02 Trempes	1.255,00
1	Aparelho de Ultrasson	65.000,00
1	Suporte para TV e Video	80,00
2	Ventiladores Pedestal	130,00
1	Unidade de CD	149,00



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Bens Incorporados

Exercício : 2000

Órgão : Executivo Municipal

02/04/01 - 13:19

Município : MONTES CLAROS

1	Arquivo de Aço	170,00
1	Ventilador	55,00
1	Placa de Rede Ethenert 10/100	6.584,20
10	Aparelhos Telefonicos com Chave	240,00
1	Serra Circular	125,48
1	Balcao	693,88
1	Aparelho Celular Card	399,00
1	Bomba Propulsora	63,00
2	Ventiladores de Teto	89,60
4	Cadeiras Giratoria	440,00
1	Mesa para Microcomputador	75,00
1	Armario	93,00
2	Prateleiras	93,00
2	Serra de Mesa	82,84
3	Serra de Mesa	204,00
1	Divisoria	757,00
100	Livros de Filosofia	1.000,00
1	Circulador de Mesa	85,00
12	Mesas para Microcomputador	438,00
12	Mesas para Impressora	438,00
1	Fogao 01 Boca	38,00
1	Fogao 02 Bocas	65,00
3	Cortinas	739,00
1	Parcela Restante de Aquisicao de Uso de Sistema Integrado	37.707,20
70	Filtro de Ceramica	1.043,00
75	Estante de Aço	1.935,00
1	Scaner de Mesa	195,00
1	Licenca Usi Office	991,00
5	Freezer Horizontal	3.237,00
10	Geladeiras Domestica	5.110,00
10	Mesas para Exame	980,00
10	Mesas Ginecologicas	1.950,00
25	Mesas em Estrutura Metalica	3.050,00
150	Cadeiras Metalica	2.998,50
20	Suporte de Soro	654,00
10	Armarios de Aço	1.988,00

# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Bens Incorporados

Exercício : 2000

Órgão : Executivo Municipal

02/04/01 - 13:19

Município : MONTES CLAROS

20	Escada 01 Degrau	379,00
15	Armario Vltrine	1.942,50
8	Mesas Mayo	902,40
7	Detector Fetal	1.680,00
10	Compressor	5.390,00
15	Micronebulizador	900,00
10	Mesa Auxiliar	510,00
8	Mesas Auxiliar	1.096,00
8	Biombo Duplo	408,00
10	Estante de Aco	370,00
12	Arquivos de Aco	1.920,00
8	Balancas Adulto	2.280,00
15	Balancas Bebe	2.970,00
20	Banco de Estrutura Metalica	1.080,00
8	Conjunto de Mesas	1.248,00
15	Colchao d'agua	600,00
1	Conjunto Equipamentos Informatica	980,00
1	Bens da Camara Municipal ate 31/12/1999.	191.098,21
<b>Subtotal</b>		<b>385.662,76</b>

### Bens Imóveis

Quantidade	Descrição	Valor Incorporado
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>
<b>Bens de Natureza Industrial</b>		
Quantidade	Descrição	Valor Incorporado
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>
<b>Total Indep. Ex. Orç.</b>		<b>385.662,76</b>
<b>Total Geral</b>		<b>3.599.773,61</b>

Considerações:



**COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL**  
EXERCÍCIO ANTERIOR COM O EXERCÍCIO ENCERRADO

07/12/2002

Ano: 1999

Município: MONTES CLAROS

Órgão: Prefeitura Municipal

ATIVO FINANCEIRO	Anterior	Atual	Para Mais	Para Menos
ATIVO FINANCEIRO	9.594.557,03	11.162.683,83	5.120.013,12	3.551.886,32
Disponível	8.736.035,30	5.184.148,98		3.551.886,32
Caixa				
Bancos	8.736.035,30	5.184.148,98		3.551.886,32
Vinculado				
Realizável	858.521,73	5.978.534,85	5.120.013,12	
Ações Curto Prazo				
Devedores Diversos e Outras	858.521,73	5.978.534,85	5.120.013,12	
ATIVO PERMANENTE	112.633.501,46	121.403.570,31	9.817.128,85	1.047.060,00
Bens Móveis	4.761.839,66	5.934.411,11	1.172.571,45	
Bens Imóveis	28.052.811,29	27.005.751,29		1.047.060,00
Bens de Nat. Industrial				
Créditos	60.997.622,92	64.133.894,39	3.136.271,47	
Dívida Ativa	60.997.622,92	64.133.894,39	3.136.271,47	
Depósitos Compulsórios				
Empréstimos Concedidos				
Outros Créditos				
Valores Diversos	18.821.227,59	24.329.513,52	5.508.285,93	
Ações		34,12	34,12	
Almoxarifado	179.162,82	263.721,46	84.558,64	
Incorporação Autarquias/Entidades	18.642.064,77	24.065.757,94	5.423.693,17	
TOTAL DO ATIVO	122.228.058,49	132.566.254,14	14.937.141,97	4.598.946,32
Passivo Real Descoberto				
Soma	122.228.058,49	132.566.254,14	14.937.141,97	4.598.946,32
ATIVO COMPENSADO				
TOTAL GERAL	122.228.058,49	132.566.254,14	14.937.141,97	4.598.946,32
PASSIVO FINANCEIRO	Anterior	Atual	Para Mais	Para Menos
PASSIVO FINANCEIRO	20.542.597,48	24.330.638,78	15.463.794,82	11.675.753,52
Restos a Pagar	14.520.203,50	19.262.486,12	15.452.153,14	10.709.870,52
Exercício Atual		15.452.153,14	15.452.153,14	
Exercício Anteriores	14.520.203,50	3.810.332,98		10.709.870,52
Serviços da Dívida a Pagar				
Depósitos	5.680.641,95	4.714.758,95		965.883,00
Débitos da Tesouraria	123.155,90	123.155,90		
Outras Operações	218.596,13	230.237,81	11.641,68	
PASSIVO PERMANENTE	45.962.011,62	47.134.450,91	1.172.439,29	
Dívida Fundada Interna	44.571.089,68	45.262.368,01	691.278,33	
Dívida Fundada Externa				
DIVERSOS	1.390.921,94	1.872.082,90	481.160,96	
Incorporação Autarquias/Entidades	1.390.921,94	1.872.082,90	481.160,96	
TOTAL DO PASSIVO	66.504.609,10	71.465.089,69	16.636.234,11	11.675.753,52
Ativo Real Líquido	55.723.449,39	61.101.164,45	5.377.715,06	
Soma	122.228.058,49	132.566.254,14	22.013.949,17	11.675.753,52
PASSIVO COMPENSADO				
TOTAL GERAL	122.228.058,49	132.566.254,14	22.013.949,17	11.675.753,52



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Balanco Financeiro

07/12/2002 17:34:58

Ano: 1999 Município: MONTES CLAROS

Órgão: Prefeitura Municipal

RECEITA		RECEITA	DESPESA	
RECEITA ORÇAMENTARIA	110.721.546,01	ORÇAMENTARIA	112.941.460,51	
Receitas Correntes	104.885.648,91	Legislativa	3.554.291,00	
Receita Tributária	12.524.448,33	Judiciária	328.899,74	
Receita de Contribuições		Administração e Planejamento	18.626.222,64	
Receita Patrimonial	1.146.893,19	Agricultura	1.097.286,91	
Receita Agropecuária		Comunicações		
Receita Industrial	304.417,36	Defesa Nacional e Segurança		
Receita de Serviços	87.993.615,50	Desenvolvimento Regional	324,25	
Transferências Correntes	2.916.274,53	Educação e Cultura	23.903.027,34	
Outras Receitas Correntes	5.835.897,10	Energia e Recursos Minerais		
RECEITA DE CAPITAL	31.868.110,72	Habitação e Urbanismo	9.238.139,67	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.452.153,14	Indústria, Comércio e Serviços	4.017,14	
Restos a Pagar (Contrapart. da		Relações Exteriores		
Serviços da Div. a Pagar	4.197.771,10	Saúde e Saneamento	49.163.309,91	
Depósitos		Trabalho		
Débitos de Tesouraria	73.138,48	Assistência e Previdência	2.683.216,52	
Outras Operações	12.145.048,00	Transporte	4.342.725,39	
Recebimento Devedores Diversos	8.736.035,30	EXTRA-ORÇAMENTARIA	33.200.082,54	
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	8.736.035,30	Restos a Pagar (Pagto no Exercício)	10.709.870,52	
Disponível		Serviço de Dívida a Pagar (Pagto)		
Caixa	8.736.035,30	Depósitos	5.163.220,10	
Bancos		Débitos de Tesouraria		
Vinculado		Outras Operações	61.496,80	
TOTAL	151.325.692,03	Adiantamentos Devedores Diversos	17.265.495,12	
		SALDOS PARA O EXERC. SEGUINTE	5.184.148,98	
		Disponível	5.184.148,98	
		Caixa		
		Bancos	5.184.148,98	
		Vinculado		
		TOTAL	151.325.692,03	

## ANEXO III

## Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

## Quadro Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação

Exercício 1999	Município MONTES CLAROS	Órgão Prefeitura Municipal
<b>01 - RECURSOS</b>		
A - Transferências Correntes		
Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM		1.759.158,42
Cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados		142.780,00
Participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (Inclui as compensações financeiras a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei 9.424/96)		3.506.795,61
B - Rentabilidade de Aplic. Financeiras (art. 3º, § 6º da Lei 9.424/96)		53.327,42
C - Complementação dos recursos do Fundo (art. 6º da Lei 9.424/96)		3.117.930,16
<b>TOTAL DO ITEM 01:</b>		<b>8.579.991,61</b>
<b>02 - APLICAÇÃO</b>		
<b>Função 08 - Educação e Cultura</b>		
Programa	Subprogramas	Especificação
		Despesa Parcial
		Despesa Total
42		ENSINO FUNDAMENTAL
	188	Ensino Regular
	217	Treinamento de Recursos Humanos
	239	Transporte Escolar
<b>TOTAL:</b>		<b>8.636.066,25</b>
<b>GASTO COM PESSOAL:</b>		
Receita Total do Fundo (Anexo III, Item 01).....=		8.579.991,61
Valor Legal Mínimo.....60,00%=		5.147.994,97
Valor Aplicado.....64,21%=		5.509.303,80
(O Valor Aplicado é composto pelas despesas com os profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no Ensino Fundamental Público.)		



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS				07/12/2002 17:20:22	
Ano: 1999	Município: MONTES CLAROS	Órgão: Prefeitura Municipal			
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	114.391.457,83	RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	118.723.087,75		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	110.721.546,01	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	112.941.460,51		
Receitas Correntes	104.885.648,91	Despesas Correntes	95.039.641,76		
Receita Tributária	12.524.448,33	Despesas de Custeio	74.573.829,37		
Receita de Contribuições		Transferências Correntes	20.465.812,39		
Receita Patrimonial		Despesas de Capital	17.901.818,75		
Receita Agropecuária	1.146.893,19	Investimentos	15.430.225,62		
Receita Industrial		Inversões Financeiras	632.940,00		
Receita de Serviços	304.417,36	Transferência de Capital	1.838.653,13		
Transferências Correntes	87.993.615,50	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	5.781.627,24		
Outras Receitas Correntes	2.916.274,53	Cobrança da Dívida Ativa	920.730,14		
Receitas de Capital	5.835.897,10	Alienação de Bens Móveis	72.751,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	3.669.911,82	Alienação de Bens Imóveis	4.788.146,10		
Aquisição de Bens Móveis	1.245.322,45	Alienação de Bens de Nat. Industrial			
Const. e Aquisição de Bens Imóveis	632.940,00	Alienação de Títulos e Valores			
Const. e Aquis. de Bens de Nat. Industrial		Empréstimos Tomados			
Aquisição de Títulos e Valores		Recebimento de Créditos			
Amortização da Dívida Contratada	1.791.649,37	Restituição de Depósitos Compulsórios	2.984.664,13		
Depósitos Compulsórios		INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.			
Empréstimos Concedidos		Cancelamento de Dívidas Ativas	2.503.503,17		
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.		Encampação de Dívidas Passivas			
Inscrição da Dívida Ativa	12.694.009,11	Restabelecimento de Dívidas Passivas			
Atualização da Dívida Ativa	4.057.001,61	Almoxarifado			
Incorporação Bens (doações, etc.)	34,12	Desvalorização de Bens Móveis			
Cancelamento de Dívidas Passivas	20.575,47	Desvalorização de Bens Imóveis			
Restabelecimento de Dívidas Ativas		Desvalorização Bens de Nat. Industrial			
Almoxarifado	84.558,64	Desvalorização de Títulos e Valores			
Reavaliação de Bens Móveis		Doações e/ou Baixa de Bens Inservíveis	481.160,96		
Reavaliação de Bens Imóveis		Incorporação Autarquias/Entidades			
Reavaliação de Bens de Nat. Industrial	3.108.146,10	Diversos			
Reavaliação de Títulos e Valores		Total das Variações Passivas	121.707.751,88		
Incorporação Autarquias/Entidades	5.423.693,17	RESULTADO PATRIMONIAL	5.377.715,06		
Diversos		Superávit Verificado	127.085.466,94		
Atualização de Empréstimos Concedidos		TOTAL GERAL			
Total das Variações Ativas	127.085.466,94				
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit Verificado					
TOTAL GERAL	127.085.466,94				



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Balanco Patrimonial			07/12/2002 17:26:27
Ano: 1999	Município: MONTES CLAROS	Órgão: Prefeitura Municipal	
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	132.566.254,14	PASSIVO	71.465.089,69
ATIVO FINANCEIRO	11.162.683,83	PASSIVO FINANCEIRO	24.330.638,78
Disponível	5.184.148,98	Restos a Pagar	19.262.486,12
Caixa		Serviços da Dívida a Pagar	
Bancos e Correspondentes	5.184.148,98	Depósitos	4.714.758,95
Vinculado		Débitos de Tesouraria	123.155,90
Realizável	5.978.534,85	Operações	230.237,81
Ações Curto Prazo		PASSIVO PERMANENTE	
Devedores Diversos e Outras	5.978.534,85	Dívida Fundada Interna	47.134.450,91
ATIVO PERMANENTE	121.403.570,31	Dívida Fundada Externa	45.262.368,01
Bens Móveis	5.934.411,11	Diversos	
Bens Imóveis	27.005.751,29	Incorporação Autarquias/Entidades	1.872.082,90
Bens de Natureza Industrial		Soma do Passivo Real	71.465.089,69
Créditos		SALDO PATRIMONIAL	
Dívida Ativa	64.133.894,39	Ativo Real Líquido	61.101.164,45
Depósitos Compulsórios	64.133.894,39	Soma	132.566.254,14
Empréstimos Concedidos		PASSIVO COMPENSADO	
Outros Créditos		TOTAL GERAL	132.566.254,14
Valores Diversos	24.329.513,52		
Ações	34,12		
Almoxarifado	263.721,46		
Incorporação Autarquias/Entidades	24.065.757,94		
Soma do Ativo Real	132.566.254,14		
SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real Descoberto			
Soma	132.566.254,14		
ATIVO COMPENSADO			
TOTAL GERAL	132.566.254,14		